



Número: **1006905-07.2021.4.01.3200**

Classe: **AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

Órgão julgador: **9ª Vara Federal Cível da SJAM**

Última distribuição : **19/04/2021**

Valor da causa: **R\$ 32.052.691,04**

Assuntos: **Dano ao Erário**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---|--------------------|--|----------------------|
| MINISTERIO PUBLICO FEDERAL (AUTOR) | | | |
| CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO (REU) | | | |
| RODRIGO TOBIAS DE SOUSA LIMA (REU) | | | |
| SIMONE ARAUJO DE OLIVEIRA PAPAIZ (REU) | | | |
| MARCELLUS JOSE BARROSO CAMPELO (REU) | | | |
| INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH (REU) | | | |
| JOSE CARLOS RIZOLI (REU) | | | |
| Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 51014 6374 | 19/04/2021 22:35 | ADITAMENTO - AIA - ass | Aditamento à inicial |



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO**

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA FEDERAL DA 3ª VARA FEDERAL DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS**

Ref.: Autos nº 1006626-21.2021.4.01.3200

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelos procuradores da República que esta subscrevem, com fulcro no art. 129, III, da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 75/93, na Lei nº 7.347/85 e na Lei nº. 8.429/92, vem propor **AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA** contra

1. CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO, CPF [REDAZIDO], vice-Governador do Estado do Amazonas e ex-Secretário de Saúde do Estado do Amazonas, residente na Av. [REDAZIDO]

2. RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA, CPF [REDAZIDO], ex-Secretário de Saúde do Estado do Amazonas, residente na Av. [REDAZIDO]

3. SIMONE ARAÚJO DE OLIVEIRA PAPAIZ, CPF [REDAZIDO], ex-Secretário de Saúde do Estado do Amazonas, residente na Rua [REDAZIDO]

4. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPELO, CPF [REDAZIDO], Secretário de Saúde do Estado do Amazonas, residente na Rua [REDAZIDO]

5. INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH (CNPJ [REDAZIDO]) e suas filiais responsáveis pela prestação dos serviços decorrentes do Contrato de Gestão nº 01/2013, registradas no CNPJ [REDAZIDO] (UPA Campos Salles) e no CNPJ [REDAZIDO] (Hospital Delphina Aziz); e,

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF:7257D35E.14BDA905.47E3DE03

Av. André Araújo, 358, Adrianópolis, Manaus/AM – CEP 69057-025 – Telefone (92) 2129-4700
pram-oficio12@mpf.mp.br

Z:\Delphina\AIA - Omissão\ADITAMENTO - AIA.odt

-1-





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO**

6. JOSÉ CARLOS RIZOLI, CPF [REDAZIDO], residente na Rua [REDAZIDO] representante do INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH (CNPJ [REDAZIDO] e suas filiais responsáveis pela prestação dos serviços decorrentes do Contrato de Gestão nº 01/2013, registradas no CNPJ [REDAZIDO] (UPA Campos Salles) e no CNPJ [REDAZIDO] (Hospital Delphina Aziz).

I. PREVENÇÃO DA 3ª VARA FEDERAL

Preliminarmente é necessário apontar a ocorrência da prevenção do Juízo da 3ª Vara Federal em razão da decisão proferida nos autos nº 1006626-21.2021.4.01.3200 (em anexo), que determinou fosse realizada emenda à petição inicial para cisão das pretensões originalmente feitas por este Ministério Público Federal.

De tal modo, naquele feito foi apresentado aditamento para o fim de veicular pretensão exclusivamente contra o ESTADO DO AMAZONAS e o INDSH quanto à obrigação de fazer de elaboração adequada de programa de trabalho e sua efetiva fiscalização.

Assim sendo, neste feito é formulada o pedido de aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa em desfavor do atual Secretário de Saúde do Estado e dos últimos três ex-Secretário.

Desse modo, o Juízo da 3ª Vara Federal é prevento para análise deste feito.

Considerando a extensa documentação juntada nos autos nº 1006626-21.2021.4.01.3200, que consumiu mais de um dia de trabalho deste Órgão de Execução do Ministério Público Federal para seu *upload*, dadas as ineficientes limitações do PJe, bem como sopesando que foi o próprio Juízo quem determinou a cisão do feito, que os fatos narrados são os mesmos, tendo sido apurados, extrajudicial, em idêntico procedimento (Inquérito Civil nº 1.13.000.000719/2020-99), sem prejuízo da documentação juntada nesta oportunidade (documentos referenciados nesta petição), requer seja determinado o traslado dos documentos encartados naquele feito a este.

II. BREVE SÍNTESE

Cuida-se de ação civil pública para aplicação de sanções previstas na lei de improbidade administrativa em desfavor dos ex-Secretários de Saúde do Amazonas,

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF:7257D35E.14BDA905.47E3DE03





CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO, RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA e SIMONE ARAÚJO DE OLIVEIRA PAPAIZ, e do atual Secretário de Saúde do Amazonas, **MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPELO**, em razão da prática de atos de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92), por conta da apuração de (1) graves vícios no Programa de Trabalho do Contrato de Gestão nº 01/2019 e de todos os seus Termos Aditivos; (2) grave omissão dos Secretários de Saúde quanto à obrigação de acompanhamento e controle da execução do Contrato de Gestão nº 01/2019; (3) ilicitude do 4º e 5º Termos Aditivos do Contrato de Gestão nº 01/2019; (4) ilicitude do regime de pagamento antecipado previsto no Contrato de Gestão nº 01/2019; e (5) dano ao erário e enriquecimento ilícito da organização social.

III. PRELIMINARMENTE

III. 1. Competência da Justiça Federal – Seção Judiciária do Amazonas.

O Contrato de Gestão nº 01/2019 é custeado com verbas federais. O TCU identificou recursos federais nas verbas utilizadas para pagamento do ajuste (doc. 01).

IV. IRREGULARIDADES APURADAS NO CONTRATO DE GESTÃO Nº 01/2019

IV.1. Contratos de gestão na área da saúde¹.

Antes de se examinar a contratação do caso em apreço, se mostra importante traçar o contexto normativo no qual se insere a possibilidade de a Administração Pública firmar contratos de gestão com organizações sociais para a prestação de serviços de saúde.

A Constituição Federal, em seus arts. 6º e 196, elenca a saúde como direito social de todos e dever do Estado, devendo ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Além disso, são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, mediante lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, na forma do art. 197 da CF.

¹ Registro a grande colaboração advinda do trabalho da colega Maria Rezende Capucci quando da elaboração da Recomendação nº 4, de 31.08.2017, expedida nos autos do Inquérito Civil nº 1.34.033.000050/2017-22, que teve trâmite na Procuradoria da República de Caraguatatuba/SP.





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

Ademais, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (SUS), organizado de acordo com as seguintes diretrizes: (i) descentralização, com direção única em cada esfera de governo; (ii) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; (iii) participação da comunidade (art. 198 da CF).

Nesse diapasão, a Constituição Federal, em seu artigo 199, § 1º, e a Lei Orgânica do SUS (Lei nº 8.080/90), em seus artigos 4º e 24, estabelecem a participação de entidades privadas na prestação de serviços de saúde, evidenciando que, a priori, a prestação de serviço público de saúde é obrigação do Estado, cabendo à iniciativa privada tão somente a complementaridade, mediante contrato de direito público ou convênio, com preferência para as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Desse modo, somente de forma excepcional se admite que o gestor de saúde transfira para organizações sociais sem finalidade lucrativa o gerenciamento de unidades de saúde. Tal raciocínio foi firmado pelo STF quando do julgamento da Reclamação 15.733/RJ, constando do voto da min. Relatora Rosa Weber que

“(…) parte do dever constitucional imposto ao Estado de prestar serviço público de saúde com eficiência e qualidade e do reconhecimento da participação das instituições privadas na execução deste serviço, como forma de integrar o sistema único de saúde, desde que sua atuação seja complementar e não uma autêntica substituição da atividade estatal garantidora do direito à saúde a todos”.

Nesse sentido, constou do julgamento proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que levou o tema à apreciação do Supremo Tribunal Federal (TJ/RJ, 9ª Câmara Cível, Mandado de Segurança Coletivo nº 0050584-76.2012.8.19.0000):

“não são as dificuldades como a ‘deficiência de pessoal’ ou ‘os elevados custos e prazos de aquisição de materiais e insumos’ que podem justificar a contratação de entidades privadas para solver os problemas que são próprios da má gestão estatal do serviço que lhe é imposto como dever constitucional. A atuação da iniciativa privada no setor de saúde junto ao Estado, somente poderá se dar de forma complementar e somente ‘quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área’, conforme dispõe a Lei 8.080/90. A menção a dificuldades diversas, que são ínsitas ao serviço público, não pode servir como justificativa suficientemente válida para eximir o Estado de seu dever constitucional de prestar”

Assim, para contratação de Organizações Sociais é imprescindível comprovar a COMPLEMENTARIEDADE da atuação do setor privado e a finalidade não lucrativa, conforme delineado pelo Supremo Tribunal Federal na RCL nº 15.733/RJ:

“O raciocínio jurídico adotado foi no sentido de que, não obstante a possibilidade de adoção do modelo de organizações sociais, na espécie, a motivação do Edital de Seleção não logrou demonstrar a existência de fatos que autorizem a contratação de entidade privada, sob qualquer forma, porque ausentes os pressupostos legais e constitucionais. Desse modo, **a transferência da gestão de unidades de tratamento crítico,**

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF:7257D35E.14BDA905.47E3DE03





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO**

como a unidade intensiva e semi-intensiva, de hospitais estaduais para a iniciativa privada, deve ocorrer apenas de forma complementar e sem fins lucrativos, conforme dispõe a Lei 8.080/90, condições que não ficaram demonstradas na motivação do Edital questionado".

Ou seja, a complementariedade que a Constituição e as Leis Federais nº 8.080/90 e 9.637/98 autorizam em relação à assistência da iniciativa privada não pode retirar, de direito ou de fato, a titularidade pelo Estado do dever constitucional de garantir serviço de saúde de qualidade aos seus usuários.

Para que assim seja, a qualificação e seleção das organizações sociais para formalização de contrato de gestão não podem ter falhas que comprometam a lisura dos procedimentos, dando margem a favorecimentos e à possibilidade de contratação de entidades sem as condições adequadas para gerenciamento dos serviços públicos de saúde.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedente a ADI 1.923, conferindo interpretação conforme a Constituição à Lei Federal nº 9.637/98 no sentido de que o procedimento de qualificação de entidade civil como Organização Social, a celebração do contrato de gestão, as hipóteses de dispensa de licitação e outorga de permissão de uso de bem público, os contratos celebrados pela Organização Social com terceiros envolvendo recursos públicos e a seleção de pessoal sejam conduzidos de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do *caput* do artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse cenário, conclui-se que, embora constitucional, o modelo de prestação de serviços de saúde por Organizações Sociais não autoriza o gestor de saúde a utilizá-lo amplamente, sem observar os pressupostos legais e constitucionais, como o da complementariedade, estudo da economicidade e aprovação no Conselho de Saúde.

Portanto, o contrato de gestão deve ser precedido de processo administrativo em que fiquem estabelecidas, de forma fundamentada e transparente, a viabilidade, eficiência e necessidade da atuação complementar do terceiro setor para a prestação de serviços de saúde. Igualmente, ao se firmar o contrato de gestão, é imperioso que seja elaborado específico e detalhado programa de trabalho, de modo a viabilizar o efetivo controle da execução do contrato de gestão

Nesse sentido, dispõe o art. 7, I, da Lei nº 9.637/98:

"Art. 7º Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e, também, os seguintes preceitos:

I - especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade" – destaquesi.

Av. André Araújo, 358, Adrianópolis, Manaus/AM – CEP 69057-025 – Telefone (92) 2129-4700
pram-oficio12@mpf.mp.br

Z:\Delphina\AIA - Omissão\ADITAMENTO - AIA.odt

-5-

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF:7257D35E.14BDA905.47E3DE03





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO**

No mesmo sentido é a redação do art. 7º, I, da Lei Estadual do Amazonas, que versa sobre organizações sociais (Lei nº 3.900/2013):

“Art. 7º Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e, também, os seguintes preceitos:

I - especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade”;

Regulamentando a Lei Estadual nº 3.900/2013, prevê o art. 10, I do Decreto nº 41.817/2020:

“Art. 10. Os Contratos de Gestão observarão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e, também, aos seguintes preceitos:

I - obrigatoriedade de especificar o programa de trabalho proposto pela Organização Social, estipular os resultados a serem alcançados, os respectivos prazos de execução, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho, inclusive mediante indicadores de qualidade e produtividade” – destaquei.

Conforme lição de Eurico de Andrade Azevedo, tratando do tema “Organizações Sociais”, em revista eletrônica da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo²:

“Nos termos da lei federal, **o contrato de gestão** discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social, **mas sobretudo deverá especificar o programa de trabalho proposto, a fixação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho, mediante indicadores de qualidade e produtividade.** Além disso, o contrato deve prever os limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens a serem percebidas pelos dirigentes e empregados da organização social, além de outras cláusulas julgadas convenientes pelo Poder Público.

A eficácia do contrato de gestão está precisamente na possibilidade do exercício do controle de desempenho. Havendo indicadores objetivos de qualidade e produtividade, metas a serem alcançadas e prazos de execução, **o Poder Público pode perfeitamente acompanhar os trabalhos da entidade privada e verificar a atuação de seus dirigentes, para tomar as providências cabíveis, que podem ir desde a substituição dos diretores (deve-se lembrar que os representantes do Poder Público e da comunidade constituem maioria absoluta no Conselho de Administração) até a cassação do título de organização social**” - destaquei.

Conclui-se, do exposto, que **o programa de trabalho é o alicerce do contrato de gestão.** É no programa de trabalho que serão fixados os resultados a serem atingidos com a execução do contrato de gestão, os prazos e critérios objetivos para apuração

2 Disponível em <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistaspge/revista5/5rev6.htm>. Acesso em 08.04.2021.





do efetivo desempenho dos serviços públicos cuja execução foi delegada a terceiros estranhos à administração pública.

Para que assim seja, na elaboração do contrato de gestão, as disposições acerca do programa de trabalho devem guiar-se pela eficiência e técnica administrativas, especialmente quando se trata de execução de serviços da área de saúde que, conforme já demonstrado, devem, precipuamente, ser prestados de forma direta pela administração pública. **Sem um eficiente e detalhado programa de trabalho, haverá sério prejuízo à fiscalização da execução do contrato de gestão.**

Todavia, no caso dos autos, o programa de trabalho do Contrato de Gestão 01/2019 padece de severos vícios desde sua origem, conforme será demonstrado.

IV. 2. Contrato de Gestão 01/2019 e seus três primeiros Termos Aditivos.

O Inquérito Civil nº 1.13.000.000719/2020-99 foi instaurado nesta Procuradoria da República no Amazonas para apurar a notícia de ocorrência de eventuais irregularidades na formação e execução do 4º Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 01/2019, firmado pela então SUSAM, hoje SES, e a organização social INDSH.

Na referida apuração, após requisição, foi enviada pela SES (antiga SUSAM) documentação referente à formação e execução do Contrato de Gestão nº 01/2019, cuja análise demonstrou uma série de irregularidades, conforme se verá detalhadamente.

O Contrato de Gestão nº 01/2019 foi firmado, em 15.03.2019, por CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO, então Secretário Estadual de Saúde, prevendo o pagamento por meio de uma metodologia composta de uma parte fixa, correspondente a 90% do valor, e outra variável, referente aos outros 10% dos valores mensais, calculada a partir do atingimento de metas de qualidade (cláusula 7.1 – doc. 02).

De acordo com o cronograma estabelecido nas cláusulas 7.1.1 e seguintes, **o INDSH receberia o valor mensal de R\$ 8.451.349,00 na primeira fase de implantação.** Os valores dos pagamentos em favor da organização seriam escalonados em quatro fases. Na primeira, como já apontado, R\$ 8.451.349,00, prevista para execução em abril de 2019; na segunda R\$ 11.624.454,00, com previsão de execução em maio de 2019; na terceira R\$ 14.655.952,00, com previsão de execução em junho de 2019; e na quarta R\$ 15.625.450,00, prevista para os meses seguintes.

Uma vez que não foi cumprido o cronograma de execução das etapas previstas no programa de trabalho, em 08.05.2019, o novo Secretário Estadual de Saúde,





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

RODRIGO TOBIAS DE SOUSA LIMA, firmou o **1º Termo Aditivo** (doc. 03), que, alterando a cláusula 7 do ajuste originário, fixou o seguinte cronograma de repasse dos valores, de acordo com as fases pactuadas para execução do contrato de gestão: (1) primeira fase, com pagamento mensal de R\$ 8.451.349,00, prevista para execução em abril, maio e junho de 2019; (2) segunda fase, com pagamento mensal de R\$ 11.624.454,00, com previsão de execução em julho e agosto de 2019; (3) terceira fase, com pagamento mensal de R\$ 14.655.952,00, com previsão de execução em setembro e outubro de 2019; e (4) quarta fase, com pagamento mensal de R\$ 15.625.450,00, prevista para os meses seguintes até o final do contrato (novembro de 2019 a março de 2020).

Considerando que a organização social continuou não cumprindo o cronograma previsto no programa de trabalho, em 08.07.2019, o então Secretário de Saúde, **RODRIGO TOBIAS DE SOUSA LIMA**, firmou o **2º Termo Aditivo** (doc. 04), que, alterando a cláusula 7 do ajuste originário, previu que a totalidade dos valores mensais a serem repassados se daria de acordo com a previsão da primeira fase. Desse modo, restou ajustado:

- II.** Alterar a Cláusula 7 – Repasse, do Termo de Contrato nº 001/2019, com alteração do período nos subitens, com a seguinte redação:
- 7.1.2 Será repassado o valor mensal de **R\$ 8.451.349,00** (oito milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, trezentos e quarenta e nove reais) na **Primeira Fase** de implantação, correspondente aos meses de **abril/2019 a março/2020**;

Frise-se que não houve previsão, no 2º Termo Aditivo, de alteração do prazo de execução do contrato. Desse modo, mantido seu termo final em 31.03.2020, a integralidade da execução do Contrato de Gestão nº 01/2019 se daria exclusivamente na primeira fase do programa de trabalho.

Além da alteração da previsão dos repasses acima tratada, o 2º Termo Aditivo, em 1.1.IV, readequou o plano de trabalho de acordo com o cronograma de execução apresentado pelo INDSH. No entanto, o cronograma previsto pelo INDSH no programa de trabalho do 2º Termo Aditivo (doc. 05, partes 01 e 02) trouxe cronologia totalmente diferente da pactuada para o repasse dos valores, prevendo, inclusive, que a execução do ajuste se daria para além de junho de 2021, não obstante o termo final do contrato, fixado em 31.03.2020, não tenha sido alterado.

Assim, constou do programa de trabalho do 2º Termo Aditivo o seguinte escalonamento das fases de execução do contrato (item 3.2 – Plano de implementação): (1) primeira fase, com pagamento mensal de R\$ 8.451.349,29, com execução prevista para *abril/2019 á (sic) março/2020*; (2) segunda fase, com pagamento mensal de R\$ 11.624.453,55,





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

com execução prevista para *abril/2020* á (sic) *dez/2020*; (3) terceira fase, com pagamento mensal de R\$ 14.655.951,93, com execução prevista para *jan/2021* á (sic) *junho/2021*; e (4) quarta fase, com pagamento mensal de R\$ 15.625.450,00, com execução prevista para *junho/2021* até *Término Contrato*.

As diferenças no cronograma de repasses e do programa de trabalho do 2º Termo Aditivo estão sintetizadas na tabela abaixo:

| Repasses no 2º Termo Aditivo | | | Plano de Trabalho do 2º Termo Aditivo | |
|---|-------------------------------|------------------|--|-------------------|
| | Período | Valor | Período | Valor |
| 1ª Fase | abril de 2019 a março de 2020 | R\$ 8.451.349,00 | abril de 2019 a março de 2020 | R\$ 8.451.349,29 |
| 2ª Fase | sem previsão | sem previsão | abril a dezembro de 2020 | R\$ 11.624.453,55 |
| 3ª Fase | sem previsão | sem previsão | janeiro a junho de 2021 | R\$ 14.655.951,93 |
| 4ª Fase | sem previsão | sem previsão | junho de 2021 até o término do contrato | R\$ 15.625.450,00 |

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF:7257D35E.14BDA905.47E3DE03

Av. André Araújo, 358, Adrianópolis, Manaus/AM – CEP 69057-025 – Telefone (92) 2129-4700
pram-oficio12@mpf.mp.br

Z:\Delphina\AIA - Omissão\ADITAMENTO - AIA.odt

-9-



Assinado eletronicamente por: THIAGO AUGUSTO BUENO - 19/04/2021 22:34:15
<http://pje1g.trf1.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041922341486500000504401091>
Número do documento: 21041922341486500000504401091

Num. 510146374 - Pág. 9



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO**

As divergências não terminam aqui. No cronograma de desembolso do mesmo programa de trabalho apresentado pelo INDSH para a formação do 2º Termo Aditivo, constam datas diferentes. Mantidas as previsões de execução da primeira fase de abril de 2019 a março de 2020 e a da segunda fase de abril a dezembro de 2020, previu-se a **execução da terceira fase em janeiro e fevereiro de 2021 e da quarta fase em março de 2021:**

5. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO;

| Cronograma de Desembolso | | | | |
|----------------------------|------------|--------------------|---------------|-------------------|
| Competência | Data | Valor de Custeio | % IMPLANTAÇÃO | FASES IMPLANTAÇÃO |
| 1 | 01/04/2019 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | FASE 1 |
| 2 | 05/05/2019 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 3 | 05/06/2019 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 4 | 05/07/2019 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 5 | 05/08/2019 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 6 | 05/09/2019 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 7 | 05/10/2019 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 8 | 05/11/2019 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 9 | 05/12/2019 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 10 | 05/01/2020 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 11 | 05/02/2020 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 12 | 05/03/2020 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 13 | 05/04/2020 | R\$ 11.624.454,00 | 76% | FASE 2 |
| 14 | 05/05/2020 | R\$ 11.624.455,00 | 76% | |
| 15 | 05/06/2020 | R\$ 11.624.456,00 | 76% | |
| 16 | 05/07/2020 | R\$ 11.624.457,00 | 76% | |
| 17 | 05/08/2020 | R\$ 11.624.457,00 | 76% | |
| 18 | 05/09/2020 | R\$ 11.624.457,00 | 76% | |
| 19 | 05/10/2020 | R\$ 11.624.457,00 | 76% | |
| 20 | 05/11/2020 | R\$ 11.624.457,00 | 76% | |
| 21 | 05/12/2020 | R\$ 11.624.457,00 | 76% | |
| 22 | 05/01/2021 | R\$ 14.655.951,93 | 96% | |
| 23 | 05/02/2021 | R\$ 14.655.951,93 | 96% | |
| 24 | 05/03/2021 | R\$ 15.265.450,00 | 100% | FASE 4 |
| Total dos 24 Meses | | R\$ 250.613.648,86 | | |
| Total por Exercício - 2019 | | R\$ 76.062.141,00 | | |
| Total por Exercício - 2020 | | R\$ 129.974.154,00 | | |
| Total por Exercício - 2021 | | R\$ 44.577.353,86 | | |

| TOTAL POR FASE | |
|------------------|--------------------|
| FASE 1 | R\$ 101.416.188,00 |
| FASE 2 | R\$ 104.620.107,00 |
| FASE 3 | R\$ 29.311.903,86 |
| FASE 4 | R\$ 15.265.450,00 |
| TOTAL - 24 meses | R\$ 250.613.648,86 |

Alcançado o termo final do contrato, cuja execução sempre se deu na primeira fase do programa de trabalho, em 31.03.2020, foi assinado o **3º Termo Aditivo** pelo então Secretário **RODRIGO TOBIAS DE SOUSA LIMA** (doc. 06). Conforme o novo ajuste, **prorrogou-se o prazo do contrato de gestão até 31.03.2021, sem que fossem estipuladas etapas escalonadas de execução dos serviços,** de modo que se ajustou o **pagamento mensal de R\$ 8.451.349,00,** implicando no valor global de R\$ **101.416.188,00.**

Av. André Araújo, 358, Adrianópolis, Manaus/AM – CEP 69057-025 – Telefone (92) 2129-4700
pram-oficio12@mpf.mp.br

Z:\Delphina\AIA - Omissões\ADITAMENTO - AIA.odt





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

No entanto, mais uma vez, houve divergência entre o cronograma de repasse e o de execução dos serviços. O plano de trabalho produzido pela organização social previu a prestação dos serviços da seguinte forma (doc. 07 – item 3.2 – Plano de implementação): (1) primeira fase, com pagamento mensal de R\$ 8.451.349,29, com execução prevista para *abril/2020 á (sic) março/2022*³; (2) segunda fase, com pagamento mensal de R\$ 11.624.453,55, com execução prevista para *abril/2021 á (sic) dez/2021*; (3) terceira fase, com pagamento mensal de R\$ 14.655.951,93, com execução prevista para *jan/2022 á (sic) março/2022*; e (4) quarta fase, com pagamento mensal de R\$ 15.625.450,00, com execução prevista de *abril/2022 até Término Contrato*.

| | Repases no 3º Termo Aditivo | | Plano de Trabalho do 3º Termo Aditivo | |
|---------|--|------------------|--|-------------------|
| | Período | Valor | Período | Valor |
| 1ª Fase | abril de 2020 a março de 2021 | R\$ 8.451.349,00 | abril de 2020 a março de 2022 | R\$ 8.451.349,29 |
| 2ª Fase | sem previsão | sem previsão | abril a dezembro de 2021 | R\$ 11.624.453,55 |
| 3ª Fase | sem previsão | sem previsão | janeiro a março de 2022 | R\$ 14.655.951,93 |
| 4ª Fase | sem previsão | sem previsão | abril de 2022 até o término do contrato | R\$ 15.625.450,00 |

Além disso, tal como quando da formação do 2º Termo Aditivo, o cronograma constante do plano de trabalho do 3º Termo Aditivo previu datas diferentes de execução das fases. Dessa forma, a terceira fase se daria nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, com o pagamento mensal de R\$ 14.655.951,53; e a quarta fase a partir de março de 2022, ao custo de R\$ 15.625.450,00 mensais:

³ Constatou no cronograma março de 2022, não de 2021.





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

5. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO;

| Cronograma de Desembolso | | | | |
|---------------------------|------------|--------------------|---------------|-------------------|
| Competência | Data | Valor de Custeio | % IMPLANTAÇÃO | FASES IMPLANTAÇÃO |
| 13 | 01/04/2020 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | FASE 1 |
| 14 | 01/05/2020 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 15 | 01/06/2020 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 16 | 01/07/2020 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 17 | 01/08/2020 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 18 | 01/09/2020 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 19 | 01/10/2020 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 20 | 01/11/2020 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 21 | 01/12/2020 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 22 | 01/01/2021 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 23 | 01/02/2021 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 24 | 01/03/2021 | R\$ 8.451.349,00 | 55% | |
| 25 | 01/04/2021 | R\$ 11.624.454,00 | 76% | FASE 2 |
| 26 | 01/05/2021 | R\$ 11.624.455,00 | 76% | |
| 27 | 01/06/2021 | R\$ 11.624.456,00 | 76% | |
| 28 | 01/07/2021 | R\$ 11.624.457,00 | 76% | |
| 29 | 01/08/2021 | R\$ 11.624.457,00 | 76% | |
| 30 | 01/09/2021 | R\$ 11.624.457,00 | 76% | |
| 31 | 01/10/2021 | R\$ 11.624.457,00 | 76% | |
| 32 | 01/11/2021 | R\$ 11.624.457,00 | 76% | |
| 33 | 01/12/2021 | R\$ 11.624.457,00 | 76% | |
| 34 | 01/01/2022 | R\$ 14.655.951,93 | 96% | |
| 35 | 01/02/2022 | R\$ 14.655.951,93 | 96% | |
| 36 | 05/03/2022 | R\$ 15.265.450,00 | 100% | FASE 4 |
| TOTAL COMPETENCIA 13 A 36 | | R\$ 250.613.648,86 | | |

| Total dos 36 Meses | R\$ | 318.224.440,86 |
|----------------------------|-----|----------------|
| Total por Exercício - 2019 | R\$ | 76.062.141,00 |
| Total por Exercício - 2020 | R\$ | 76.062.141,00 |
| Total por Exercício - 2021 | R\$ | 121.522.805,00 |
| Total por Exercício - 2022 | R\$ | 44.577.353,86 |

| TOTAL POR FASE | |
|------------------|--------------------|
| FASE 1 | R\$ 169.026.980,00 |
| FASE 2 | R\$ 104.620.107,00 |
| FASE 3 | R\$ 29.311.903,86 |
| FASE 4 | R\$ 15.265.450,00 |
| TOTAL - 24 meses | R\$ 318.224.440,86 |

Dessa forma, resta nítido o descaso dos gestores públicos em zelar pela esmerada elaboração de um programa de trabalho que, de forma eficiente, contemplasse o objeto do contrato de gestão firmado.

Instada, a CGU apresentou ao Ministério Público Federal Relatório de Apuração (doc. 08), elaborado a partir de análises feitas na documentação encaminhada pela SES e pelo INDSH. **Uma das conclusões do trabalho da CGU foi de que o plano de trabalho é genérico e impreciso.**

Com efeito, a CGU indica, por exemplo, que:

(...) não é possível saber o que compõe o item de despesa "4.2.1.1 Pessoal Próprio" cujo valor previsto é de R\$ 3.008.367,07 na fase 1. As despesas deveriam estar suficientemente detalhadas para não gerar problemas na apuração e cumprimento das metas, com discussões acerca das despesas que a integram. Por exemplo, gastos com fardamento dos funcionários fariam parte da composição





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO**

desta despesa? O Plano de Aplicação, por si só, não responde a este questionamento. - destaquei.

Como apontado pela CGU **a própria SES identificou as graves irregularidades do programa de trabalho**. Com efeito, a Justificativa ao Relatório Analítico Preliminar (doc. 09), elaborada por servidor da SES, em 17.12.2019, a partir da análise do controle da primeira parcela de execução plano de trabalho, referente a abril de 2019⁴, apontou graves vícios quanto à omissão do dever de prestar informações precisas quanto às parcelas componentes da execução do contrato, em clara infringência ao dever de transparência a que está vinculada a administração pública, aí se incluindo as organizações sociais que desempenham contrato de gestão.

Não constaram, por exemplo, informações detalhadas consignando o valor com preços unitários dos itens, de modo que fosse justificada a estimativa dos custos milionários de cada uma das fases do objeto do contrato (doc. 09):

ANALISE DO PLANO DE TRABALHO

Apesar dos quantitativos está contido no referido documento não há o detalhamento/justificativa dos critérios e/ ou parâmetros que resultaram nos dados estimados informados no PT. **Observa-se o Plano de Trabalho ,com descrições genéricas e imprecisas insuficientemente detalhado, sem os requisitos**

Avenida André Araújo, 701 - Aleixo



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

essenciais e elementos necessários para caracterizar de modo preciso os serviços e bens a serem contratados ou produzidos e a falta da devida justificativa e/ou detalhamento da metodologia utilizada para a composição dos valores e quantitativo do custeio mensal com inclusão de planilha detalhada por preços unitários com a estimativa dos custos a serem incorridos na execução do Contratos de Gestão, que serviriam de base para a concepção do valor utilizado para pactuação mensal de R\$ 8.451.349,00 (oito milhões quatrocentos e cinquenta e um mil trezentos e quarenta e nove reais), no mês de abril/2019 para implantação da 1ª fase, o valor de R\$11.624,454,00 (onze milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais) na segunda fase correspondente ao mês de maio/2019, valor de R\$ 14.655.952,00 (quatorze milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais), correspondente ao mês de junho/2019, e o valor de R\$ 15.265.450,00 (quinze milhões, duzentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta reais) correspondente a quarta fase da implantação). Verificamos no processo Tabela Financeira Resumida de custos, mas sem memória de cálculo, bem como não há justificativa e detalhamento do valor orçado das parcelas variáveis;

Resalta-se que a precisão e o detalhamento dos itens a serem contratados, no Plano de Trabalho, é condição imprescindível para a verificação da adequabilidade dos valores praticados com os de mercado e para a comprovação do cumprimento das metas e etapas previstas no Contrato de Gestão;

- 4 Nesse ponto, destaque-se que em dezembro de 2019 (data da elaboração do mencionado relatório) estava sendo feita a avaliação da parcela paga em abril do mesmo ano, ou seja, 09 meses após o efetivo pagamento dos valores. Este fato demonstra, por si só, a grave deficiência na fiscalização do cumprimento do contrato.

Av. André Araújo, 358, Adrianópolis, Manaus/AM – CEP 69057-025 – Telefone (92) 2129-4700
pram-oficio12@mpf.mp.br

Z:\Delphina\AIA - Omissões\ADITAMENTO - AIA.odt





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO**

Constou da Justificativa ao Relatório Analítico Preliminar (doc. 09), inclusive, um modelo de planilha para identificar como deveriam ter sido apresentadas as informações referentes à provisão de gastos, em cada um dos itens do contrato, pela organização social. Verifica-se o caráter genérico da tabela, especialmente se considerada a complexidade do contrato e o enorme montante pecuniário envolvido:

**EXEMPLO DE PLANILHA QUE DEVERIA TER SIDO APRESENTADO PEO INSDH
COM A PROVISÃO DOS GASTOS MENSAL E ANUAL
EM CADA DESPESAS COM UM ALGUNS ITENS
DISCRIMINADO NO PLANO DE APLICAÇÃO**

| PLANILHA DE CUSTOS/PLANO DE APLICAÇÃO (R\$1,00) | | |
|--|----------------------|-----------------------|
| NATUREZA DA DESPESA | ESTIMATIVA MENSAL | ANUAL |
| ESPECIFICAÇÕES | | |
| DESPESAS CORRENTES | | |
| DESPESA COM PESSOAL (PREVISÃO) | | |
| Salários (1) FUNCIONÁRIO | R\$ 1.865,00 | R\$ 22.380,00 |
| Férias | R\$ 248,87 | R\$ 2984,00 |
| 13º Salário | R\$ 186,50 | R\$ 2.238,00 |
| Encargos Previdenciários | R\$ 927,10 | R\$ 11.125,20 |
| FGTS | R\$ 781,06 | R\$ 9.372,80 |
| Vale Transporte | R\$ 191,67 | R\$ 2.300,00 |
| TOTAL DE DESPESAS PESSOAL (1 FUNCIONÁRIO) | R\$ 4.200,00 | R\$ 50.400,00 |
| TELEFONIA/INTERNETE | R\$ 25.000,00 | R\$ 300.000,00 |
| AGUA | R\$ 16.000,00 | R\$ 192,00 |

O próprio INSDH reconhece que o programa de trabalho apresentado era deficitário, chamando o documento de proposta e afirmando que foi surpreendido quando o documento daquela forma incompleta foi incluído como anexo do Contrato de Gestão (doc. 10 – Ofício 08/2019, protocolado na Susam em 27.09.2019):

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF:7257D35E.14BDA905.47E3DE03





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO**



13. Então, houve o entendimento entre os prepostos do estado do Amazonas e do INDSH que as atividades a serem realizadas pelo hospital deveriam ser divididas em fases de implantação, diante da dificuldade financeira do ente político e da dinâmica administrativa que seria empregada na gestão de tal unidade de saúde.

14. O preposto do INDSH, Cristiano Oliveira dos Santos, elaborou o documento que figura como item V (Cronograma de implantação inicial) do Anexo II do Contrato de Gestão, como proposta para discussão das fases de implantação das atividades no hospital, no qual ele identificou o valor de R\$ 8.451.349,00 para a fase 1 (um), que é o valor que consta do extrato do Contrato de Gestão publicado no Diário Oficial do Amazonas no dia 01.04.2019.

15. Tal documento constituía-se em proposta elaborada pelo INDSH para posterior discussão do seu conteúdo com os prepostos do estado do Amazonas, até porque ele não estava totalmente concluído e havia, inclusive, erro de soma de valores, o que seria percebido por ocasião da discussão final com o governo e com a sua revisão final.

16. Qual não foi a surpresa do INDSH ao ver aquele documento, elaborado por seu preposto como sugestão de discussão, figurar, daquela forma incompleta, como item V do Anexo II do Contrato de Gestão.

17. Eis as fases propostas pelo INDSH para abertura das atividades no hospital, que seriam discutidas com os prepostos do estado do Amazonas, até porque elas dependiam de sinalização da possibilidade financeira do ente político em custeá-las de forma escalonada e crescente:

| | Fase 1 | Fase 2 | Fase 3 | Fase 4 |
|-------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| Início | 01.04.2019 | 01.05.2019 | 01.06.2019 | 01.07.2019 |
| Custo - R\$ | 8.451.349,29 | 11.624.453,55 | 11.655.951,93 | 15.265.450,00 |

18. Observa-se que, na prática, a fase 1 (um), que era para durar 1 (um) mês, ainda não foi vencida até os dias de hoje (setembro de 2019), quando já deveria ter sido implantada a fase 4 (quatro), há mais de dois meses.

19. A não implantação das demais fases deveu-se ao não aprofundamento da discussão da proposta apresentada pelo INDSH e aos não repasses integrais pelo ente político dos valores combinados, o que, obviamente, implicou na impossibilidade da implantação dos serviços e atividades no tempo desenhado, pois os prestadores de serviços deveriam ser contratados e pagos, o que não foi possível até o momento (setembro/2019).

SEDE ADMINISTRATIVA
Av. Marquês de São Vicente, 576
Cj. 1903 - Barra Funda
São Paulo SP Brasil 01139-000
Tel. 11 3572-5135

Página 4 de 22

Conforme registra a Justificativa ao Relatório Analítico Preliminar (doc. 09), uma das defesas apresentadas pela administração pública quanto aos vícios do plano de trabalho foi a de que o Termo de Referência e seus Anexos foram elaborados pela gestão anterior, em 2018. No entanto, não procede este argumento, uma vez que a nova gestão, empossada em janeiro de 2019, deu continuidade ao procedimento e realizou a contratação.





Consoante demonstrado, o programa de trabalho apresentado pelo INDSH, para execução no período de 01.04.2019 a 31.03.2020, sofreu pequenas alterações nos três primeiros Termos Aditivos, apenas no tocante ao cronograma de repasse das parcelas mensais e da execução dos serviços. O núcleo do programa de trabalho, consistente nas projeções dos serviços a serem prestados, não foi modificado. Desse modo **os graves vícios identificados pela CGU e pela própria SES estão presentes desde a contratação original, realizada em 15.03.2019.**

IV.3. Ilicitude do 4º Termo Aditivo e deficiência de seu programa de trabalho.

No dia seguinte à assinatura do 3º Termo Aditivo, ou seja, em 01.04.2020, foi firmado o **4º Termo Aditivo**, pelo então Secretário **RODRIGO TOBIAS DE SOUSA LIMA**, com vigência de 01.04.2020 a 30.09.2019, de maneira da indicar o Hospital Delphina Aziz como unidade referência ao enfrentamento da pandemia. Foi estipulado o pagamento do **valor mensal de R\$ 16.919.822,78**, perfazendo o total de R\$ 101.518.936,78 pelos 06 meses de contratação (doc. 11). Tal como no Termo Aditivo anterior, **não houve a estipulação de fases escalonadas de execução contratual.**

O programa de trabalho do 4º Termo Aditivo foi omissivo quanto ao cronograma de execução, limitando-se a indicar que:

Diante disso, o presente Plano de Trabalho tem por objeto alterar o Anexo Técnico I – Descrição de Serviços, para fins de atendimento por tempo certo, determinado e circunstanciada, da situação de emergência na saúde pública no Estado do Amazonas, razão da disseminação do novo Coronavírus (COVID-19), **cuja vigência será por 06 (seis) meses, a contar de 01/04/2020 a 30/09/2020.**

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF:7257D35E.14BDA905.47E3DE03





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

Em verdade, o 4º Termo Aditivo traduziu-se na formação de um novo contrato de gestão, haja vista que seu objeto era distinto da contratação originária. A partir do novo ajuste, o Hospital Delphina Aziz passou a ser a unidade hospitalar de referência para o enfrentamento da pandemia no Amazonas. O documento originário de contratação previa como objeto:

1.1. O presente **CONTRATO DE GESTÃO** tem por objeto gerenciamento, operacionalização e das ações e execução de serviços de saúde no **COMPLEXO HOSPITALAR ZONA NORTE** em conformidade com os anexos a seguir elencados, que integram o presente instrumento:

- a) Anexo Técnico I - Descrição de Serviços;
- b) Anexo Técnico II - Sistema de Repasse;
- c) Anexo Técnico III - Indicadores de Qualidade;
- d) Anexo Técnico IV - Ensino Médico e Multiprofissional;
- e) Anexo Técnico V - Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis;
- f) Anexo Técnico VI - Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel.

1.2. A finalidade do contrato deverá ser executada de forma a garantir: qualidade, eficácia, eficiência, efetividade e os resultados esperados.

Já o 4º Termo Aditivo trouxe como objeto:

1. DO OBJETO

O presente **TERMO ADITIVO** tem por objeto **alterar o Anexo Técnico I - Descrição de Serviços**, para fins de atendimento por tempo certo, determinado e circunstanciado, da situação de emergência na saúde pública no Estado do Amazonas, em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19), cuja vigência será por **06 (seis) meses**, a contar de **01/04/2020 a 30/09/2020**, conforme descrições constantes no Plano de Trabalho, o qual passa a integrar o presente instrumento, como se nele estivesse transcrito .

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A vigência do 3º TERMO ADITIVO será mantida incólume. No entanto, a vigência do seu Anexo Técnico I - Descrição de Serviços, será suspenso enquanto perdurar a situação de calamidade pública em saúde pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O valor pactuado no 3º TERMO ADITIVO, após o término do decreto de calamidade pública, será restabelecido.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O **CONTRATANTE** obriga-se a repassar a **CONTRATADA** o valor global de **R\$ 101.518.936,68** (cento e um milhões, quinhentos e dezoito mil, novecentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos) em **06 (seis) parcelas mensais**, no valor de **R\$ 16.919.822,78**

Note-se que a ampliação do contrato se deu em desconformidade com os ditames da Lei nº 8.666/93, que prevê os limites para ampliação do escopo dos contratos firmados pela Administração Pública em seu artigo 65, § 1º, e com a disposição do art. 4º-I, da

5 Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo das partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

Av. André Araújo, 358, Adrianópolis, Manaus/AM – CEP 69057-025 – Telefone (92) 2129-4700

pram-oficio12@mpf.mp.br

Z:\Delphina\AIA - Omissão\ADITAMENTO - AIA.odt

-17-

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF:7257D35E.14BDA905.47E3DE03





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

Lei nº 13.979/2020, que trata sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, cuja redação permite que *para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.*

Assim, passou-se do pagamento do valor mensal de R\$ R\$ 8.451.349,00, previsto no Contrato Original e em seus três primeiros Termos Aditivos, para a quantia mensal de R\$ 16.919.822,78.

Ouvido em sede extrajudicial, HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO, subscritor do parecer jurídico que validou a formação do 4º Termo Aditivo (doc. 12), não soube apontar o fundamento jurídico do novo ajuste.

O objeto do 4º Termo Aditivo exigia a formação de um novo ajuste, sendo ilícita, por falta de amparo legal, a ampliação do objeto tal como celebrada, simplesmente duplicando os valores pagos. Essa também foi a conclusão da análise da CGU (doc. 08):

A partir de 01/04/2020, com o advento do 4º Termo Aditivo, o objeto do Plano de Trabalho passou a ser “o gerenciamento, operacionalização e ampliação e execução das ações e serviços de SAÚDE, no COMPLEXO HOSPITALAR ZONA NORTE, COMPREENDIDO PELO HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DA ZONA NORTE (DELPHINA RINALDI ABDEL AZIZ) E UPA CAMPOS SALLES, adotado especificamente para prevenção e combate ao novo Coronavírus (Covid-19)”.

Esse novo Plano de Trabalho excluiu indicadores qualitativos e manteve tão somente indicadores quantitativos para disponibilização de leitos de UTI (pediátrico e adultos) e leitos clínicos para o HPSZN.

Para a UPA, a meta foi estabelecida também quantitativamente apenas para atendimentos de urgência e emergência.

Esse 4º Termo Aditivo contratual fez saltar o valor do contrato de gestão de R\$ 8.451.349,00 para R\$ 16.919.822,78, quase o dobro do valor pactuado originariamente.

Essa mudança substancial do Objeto, do Plano de Trabalho e do valor avençado fez surgir, de fato, um novo Contrato de Gestão, findando o anteriormente pactuado, tendo violado o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

Av. André Araújo, 358, Adrianópolis, Manaus/AM – CEP 69057-025 – Telefone (92) 2129-4700
pram-oficio12@mpf.mp.br

Z:\Delphina\AIA - Omissão\ADITAMENTO - AIA.odt

-18-

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF.7257D35E.14BDA905.47E3DE03





Não bastasse isso, **o 4º Termo Aditivo não foi precedido de qualquer estudo que aferisse a viabilidade de sua formação e/ou que viabilizasse a elaboração de um programa de trabalho específico e eficiente.**

Não houve qualquer demonstrativo de custos envolvidos ou pesquisa de preço de entidade do ramo para realizar tais serviços, o que ocasiona irregularidade grave, pois a falta de desses instrumentos denota gastos sem dimensionamento, gerando prejuízo ao erário.

O novo programa de trabalho, tecnicamente, sequer poderia ter essa alcunha, em virtude do total descompasso entre seu conteúdo e o que se espera de um instrumento destinado a nortear, pormenorizadamente, a prestação do serviço público de saúde, especialmente em tempos de pandemia e com valores de tão grande monta. Ademais, não há indicação de indicadores qualitativos, mantendo-se apenas referenciais de quantidade quanto a leitos de UTI e clínicos no Hospital Delphina Aziz. Em relação à UPA Campos Salles, da mesma forma, estipulou-se apenas o quantitativo de atendimentos de urgência e emergência.

DAYANA PRISCILA MEJIA DE SOUSA, que à época da formação do aditivo era **Secretária Executiva Adjunta de Atenção Especializada da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas**, foi ouvida em sede extrajudicial e prestou declarações esclarecedoras sobre a realidade da administração da SUSAM. Em seu depoimento, **confirmou a inexistência da elaboração de plano de trabalho ou qualquer procedimento administrativo prévio à formação do 4º Termo Aditivo.**

Mesmo para atender demandas urgentes decorrentes da pandemia, controles mínimos de gestão para atender preceitos de legalidade, como pesquisa de preços, contrato, fonte orçamentária, devem ser feitos considerando o dever do gestor de promover a boa e regular aplicação dos recursos públicos.

Após, com a formação do **5º Termo Aditivo**, em 01.10.2020, assinado pelo Secretário **MARCELLUS JOSÉ BARROSO CÂMPELO**, foi fixado o **valor mensal de R\$ 15.225.500,00**, chegando-se ao global de R\$ 182.706.000,00, a partir da data mencionada, com validade até 30.09.2021 (doc.13). Na oportunidade, também não foi estabelecida a execução dos serviços em fases escalonadas.

IV. 4. Realização dos pagamentos mensais sem aferição da execução do objeto contratual.





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO**

Desde o início da vigência do contrato, nunca se realizou qualquer tipo de controle da execução de seu objeto. O modelo de fiscalização previsto funcionaria a partir da análise de relatórios trimestrais e semestrais que deveriam ser produzidos por uma Comissão composta para este específico fim, à qual caberia aferir o alcance das metas estabelecidas, conforme estabelecido no ajuste originário (doc. 02):

3.4. Realizar o monitoramento, controle e avaliação periódicos, através da Comissão de Acompanhamento do Contrato do presente Contrato, a qual observará "in loco" o desenvolvimento e cumprimento das atividades prestadas pelo CONTRATADO aos usuários constantes do objeto deste instrumento.

7.3. A avaliação da parte variável será realizada trimestralmente pela Comissão de Acompanhamento do Contrato, contado da assinatura do Contrato, podendo gerar um ajuste financeiro a menor na parcela a ser repassada no trimestre subsequente, dependendo do percentual de alcance de indicadores.

7.4. A avaliação da parte fixa será realizada semestralmente pela Comissão de Acompanhamento do Contrato, contado da assinatura do Contrato, podendo gerar um ajuste financeiro a menor na parcela a ser repassada no semestre subsequente, dependendo do percentual de alcance de realização da meta quantitativa, conforme tabela no Anexo Técnico II - Sistema de Repasse.

De acordo com as cláusulas contratuais transcritas, caso não fossem atingidas as metas fixadas, em razão de já ter sido autorizado o pagamento em meses abrangidos pelo período dos relatórios, deveria ser feita glosa de futuros valores a pagar. Esse tipo de ajuste quebra a necessária correlação e proporcionalidade entre prestação de serviços e contraprestação pecuniária.

Enfraquecendo ainda mais o acompanhamento da execução contratual, na documentação encaminhada pela SES não se verificou a ocorrência do efetivo controle da execução do contrato. Na prática, a Comissão de Avaliação de Cumprimento do Contrato apenas atesta as notas fiscais emitidas pelo INDHS, sem avaliar o real cumprimento dos serviços contratados, postergando a análise das contas para ajustes futuros (documentos referentes aos pagamentos dos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2020 em anexo – docs. 14, 15, 16 e 17 – e os pareceres da Comissão dos meses de maio de 2019 e fevereiro e abril de 2020 – docs. 18, 19 e 20). Os documentos demonstram que na liquidação, após o atesto, o ordenador autoriza o pagamento da despesa sem a adoção de instrumento de efetivo controle prévio. Não constam dos documentos encaminhados pela SUSAM registros de glosa ou retenção de valores transferidos ao IDHS.

Os documentos emitidos pela Comissão apenas atestam a emissão da nota fiscal pelo INDHS e ressalvam a possibilidade de eventual apuração posterior de diferença na execução, o que permitiria eventual glosa.

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF:7257D35E.14BDA905.47E3DE03





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO**

No entanto, **os pagamentos, mês a mês, vem sendo feitos de forma integral, sem fiscalização efetiva.** Abaixo, segue destacado o “relatório” da Comissão referente ao mês de abril de 2020 (doc. 09):

Diante o exposto, após análise da execução do objeto, esta Comissão de Acompanhamento do Contrato atesta a nota fiscal supracitada, no entanto, com base nos itens mencionados acima, **informamos que a competência de abril de 2020, foi encaminhada para análise a Prestação de Contas, sendo assim, esta competência estará passível de deduções, que serão informados antecipadamente para redução em valor de repasse posterior.**

Manaus, 29 de abril de 2020.

1


Ana Liz Nascimento Barroso
Membro


Helione Lima Pontes
Membro

Em sede extrajudicial, foi realizada a oitiva dos servidores integrantes da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão nº 01/2019, no curso da instrução do Inquérito Civil nº 1.13.000.000719/2020-99, que apura os fatos sob perspectiva de responsabilização à luz da Lei de Improbidade Administrativa.

Das oitivas de ANA LIZ NASCIMENTO BARROSO, DAYANA PRISCILA MEHIA DE SOUZA, HELENO DE LION COSTA DA ROCHA QUINTO, HELIONE LIMA PONTES e ROBERTO MAIA BEZERRA, realizadas em julho de 2020, apurou-se que até aquele momento, ou seja, decorridos 1 ano e 4 meses da execução do contrato de gestão, teria sido realizado um único relatório trimestral, em que pese a execução do ajuste ter se iniciado em abril de 2019, de tal forma que os milionários pagamentos mensais vem sendo feitos de forma integral, sem que seja realizado o efetivo controle da execução do ajuste.

Relevante apontar que somente em 21.07.2020 a SUSAM adotou alguma providência para aferição da efetiva prestação dos serviços referentes ao contrato em análise. Na aludida data, TUPINAMBÁ MIRANDA RODRIGUES, Chefe do Departamento de Acompanhamento e Prestação de Contas, assinou documento endereçado à Secretária Executiva do Fundo Estadual de Saúde no qual informa a **aferição de inconsistências nos valores pagos no período de abril a setembro de 2019 no valor de R\$ 6.611.817,48** (doc. 21).

Av. André Araújo, 358, Adrianópolis, Manaus/AM – CEP 69057-025 – Telefone (92) 2129-4700
pram-oficio12@mpf.mp.br

Z:\Delphina\AIA - Omissão\ADITAMENTO - AIA.odt

-21-

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF.7257D35E.14BDA905.47E3DE03





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO**

Importante indicar que, além da gritante omissão da SUSAM no controle desse contrato milionário, já que somente em julho de 2020 houve atuação do Departamento de Acompanhamento e Prestação de Contas sobre irregularidades referentes à execução dos meses de abril a setembro do ano anterior, **não há informação de que tenha havido a glosa de qualquer valor.**

Ademais, a atuação da CGU robustece a constatação da total omissão da SES em seu dever de fiscalizar a execução do contrato (doc. 08). O órgão de controle solicitou da SES o fornecimento de informações referentes:

[a]o controle de apuração (formato xlsx e pdf) mês a mês das glosas financeiras aplicadas a cada item constante do Plano de Aplicação referente ao Termo Aditivo nº 03 e ao nº 04, que vigoram de 01/04/2019 a 31/03/2020 e de 01/04/2020 a 31/12/2020, respectivamente, aplicadas no âmbito do Contrato de Gestão nº 01/2019. A SES respondeu por meio do Ofício nº 913/2021-ASJUR/SES-AM, no dia 08/02/2021. Entretanto, parece não ter entendido a demanda solicitada, encaminhando elementos não conexos ao solicitado pela CGU.

Então, por meio da Solicitação de Fiscalização nº 202000119/09, de 18/02/2021, foi reiterada a demanda, no sentido de explicitar que esta Controladoria necessitava coletar informações comprobatórias, a exemplo de tabela eventualmente usada, mês a mês, pela SES, para acompanhar o efetivo desembolso de recurso financeiro por cada item de despesa, constante do Plano de Aplicação.

A partir das informações obtidas, seria possível avaliar se a Secretaria estaria acompanhando o atingimento da aplicação dos recursos por cada item, por exemplo, "Pessoal Próprio", "Serviços de Terceiros" etc.

No entanto, **MARCELLUS CAMPELO, atual Secretário de Saúde, restringiu-se a informar, em 12.03.2021, que a pasta não faz controle mensal da prestação de contas do contrato em análise** (doc. 22):

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF.7257D35E.14BDA905.47E3DE03





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO**



irrestritamente com os órgãos de controle, sociedade civil e poderes instituídos, embora suas limitações estruturais e de recursos humanos.

Pois bem, feitos estes esclarecimentos, cumpre-nos informar que o Departamento de Acompanhamento e Prestação de Contas desta Pasta não conduz as análises mensais de prestação de contas do contrato de gestão na forma como solicitada pelo ilustre Auditor, havendo, nesse ponto, certa impossibilidade de fazê-la nos moldes da solicitação, tendo em vista o atendimento da referida solicitação demandaria uma reanálise pelo Departamento competente para elaboração do modelo de apresentação solicitado, o que se mostra contraproducente em razão do excessivo volume de páginas de cada processo mensal.

Todavia, ressalta-se que esta Secretaria de Estado de Saúde está levantando todos os eventuais relatórios parciais e conclusivos existentes, elaborados pelo Departamento de Prestação de Contas acerca do Contrato de Gestão nº 01/2019, para colocar à inteira disposição do ilustre auditor solicitante, objetivando auxiliar suas atividades funcionais, estimando-se que tal levantamento estará concluído até 17.03.2021.

Mas independentemente disso, a Secretaria de Estado de Saúde reforça, novamente, seu amplo interesse público de colaborar irrestritamente com os órgãos de controle, estando de portas abertas para receber a equipe de auditoria da emérita Controladoria Geral da União para todo e qualquer esclarecimentos e diligências que se fizerem necessárias.

Por fim, informa-se que a prestação de contas do Contrato de Gestão nº 01/2019 é apresentada pelo regime de caixa.

Sendo o que era a informar e requerer, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

MARCELLUS
JOSE
BARROSO
CAMPELO:
33631468253
Marcellus José Barroso Campêlo
Secretária de Estado de Saúde

Assinado eletronicamente por MARCELLUS JOSE BARROSO CAMPELO 33631468253 em 19/04/2021 às 22:34:15 no Sistema Federal de Assinatura Digital (SFA) - RFE. O documento foi assinado digitalmente por MARCELLUS JOSE BARROSO CAMPELO 33631468253. Para verificar a autenticidade acesse o endereço: <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave CADCEDDF: 7257D35E.14BDA905.47E3DE03

No mesmo sentido, instado pelo Ministério Público Federal para que apresentasse informações sobre glosas de valores do Contrato de Gestão 01/2019, MARCELLUS CAMPÊLO informou, em janeiro de 2021, que elas inexistem e que tal fato se daria em razão da impossibilidade de fixação de metas em virtude da pandemia de Covid19 (doc. 23):





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

No mais, cumpre informar que durante a execução do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 01/2019 não foram aplicadas nenhuma "glosa" decorrente da inexecução ou descumprimento contratual, tendo em vista a suspensão das metas anteriormente pactuadas no termo primitivo, destinando todos os esforços ao tratamento dos pacientes acometidos pelo vírus da

Avenida André Araújo, 701-Rleixo
Fone: (92) 3643-6300 / 3634-6302
Manaus-AM-CEP 69060-001

Secretaria de
Estado de Saúde



COVID-19, que até os dias atuais não apresenta um padrão de comportamento uniforme, não havendo sequer método farmacológico e terapêutico definido para o tratamento, impossibilitando, assim, qualquer fixação de novas metas compatíveis com a realidade do 4º TA, razão pela qual se optou pela citada suspensão.

Embora o Secretário de Saúde pretenda transmitir a impressão de que a ausência de controle é fato novo e decorrente da pandemia, vê-se, pelos fatos já expostos, que a SES se recusa deliberadamente a cumprir seu dever de fiscalizar o cumprimento do ajuste desde a formação do contrato

Ademais, as metas foram desconsideradas contratualmente desde a formação do 2º Termo Aditivo, firmado em 08.07.2019. Na oportunidade, foi alterada a cláusula 7 do ajuste originário, de modo que restou ajustado que a totalidade dos valores mensais a serem repassados se daria de acordo com a previsão da primeira fase (doc. 04):

- II.** Alterar a Cláusula 7 – Repasse, do Termo de Contrato nº 001/2019, com alteração do período nos subitens, com a seguinte redação:
- 7.1.2 Será repassado o valor mensal de **R\$ 8.451.349,00** (oito milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, trezentos e quarenta e nove reais) na **Primeira Fase** de implantação, correspondente aos meses de **abril/2019 a março/2020**;

Ao final, conclui-se que, **mesmo em março de 2021, dois anos após a formalização do ajuste, não houve controle efetivo por parte da SES quanto à execução do Contrato de Gestão 01/2019, firmado com o INDSH**, de modo que: (1) de abril de 2019 a março de 2020 foram

Av. André Araújo, 358, Adrianópolis, Manaus/AM – CEP 69057-025 – Telefone (92) 2129-4700
pram-oficio12@mpf.mp.br

Z:\Delphina\AIA - Omissão\ADITAMENTO - AIA.odt





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO**

pagas, de forma integral, as parcelas mensais de R\$ 8.451.349,00 (totalizando R\$ 101.416.188,00); (2) de abril a setembro de 2020 foram feitos repasses mensais em favor da organização social, no montante de R\$ 16.919.822,78 (perfazendo R\$ 101.518.936,68); e (3) desde outubro de 2021, o valor mensal pago ao INDSH é de R\$ 15.225.500,00 (somando R\$ 91.353.000 até março de 2021, inclusive).

Em resumo, **nesses dois anos de contrato, o INDHS recebeu, sem controle efetivo da administração pública estadual, a quantia de R\$ 294.288.124,68.**

IV.5. Dano apurado em razão da não realização de glosas.

Robustecendo a constatação de que a SES, deliberadamente, recusa-s a realizar o efetivo controle da execução do contrato, a CGU apurou que se discute a realização de glosa, no âmbito da SES, em relação a valores referentes ao período de abril a outubro de 2019 (doc. 08).

Com efeito, a partir da análise do Processo nº 01.01.017101.006930/2020-46-SIGED, em trâmite na SES para a realização de glosas referentes ao período de maio a outubro de 2019, a CGU identificou vários documentos que confirmam a ciência dos ex-Secretários de Estado de Saúde RODRIGO TOBIAS DE SOUSA LIMA, SIMONE ARAÚJO PAPAIS e do Secretário MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPELO acerca das irregularidades no pagamento do contrato, o que serve como marco decisivo para caracterização do **dolo** de suas condutas (doc. 08):

Quadro 3 – Expedientes x Responsáveis na SES.

| ITEM | Expediente | Assunto | Data | Subscrevente |
|------|---------------------------------|--|------------|--|
| 1 | Ofício n.º 2917/2019 - GS/SUSAM | Solicitando apresentar Prestação de Contas referente a Primeira e Segunda Parcela do Contrato de Gestão n.º 001/2019. | 19/06/2019 | Rodrigo Tobias de Sousa Lima Daniele Reis de Araujo Magalhães |
| 2 | Ofício n.º 4161/2019 - GS/SUSAM | Solicitando regularizar pendências referentes a Primeira Parcela do Contrato de Gestão n.º 001/2019. | 14/08/2019 | Rodrigo Tobias de Sousa Lima Daniele Reis de Araujo Magalhães |
| 3 | Ofício n.º 4914/2019 - GS/SUSAM | Reiterando Ofício n.º 4161/2019-GS/SUSAM (Cópia anexa). Solicitando regularizar pendências referentes a Primeira Parcela do Contrato de Gestão n.º 001/2019. | 18/09/2019 | Rodrigo Tobias de Sousa Lima Perseverando Trindade Garcia Filho |





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

| | | | | |
|----|-----------------------------------|---|------------|--|
| 4 | Ofício n.º 4162/2019 - GS/SUSAM | Solicitando regularizar pendências referentes à Segunda Parcela do Contrato de Gestão n.º 001/2019. | 14/08/2019 | Rodrigo Tobias de Sousa Lima Daniele Reis de Araujo Magalhães |
| 5 | Ofício n.º 4915/2019 - GS/SUSAM | Reiterando Ofício n.º 4162/2019-GS/SUSAM (Cópia anexa). Solicitando regularizar pendências referentes a Segunda Parcela do Contrato de Gestão n.º 001/2019. | 14/08/2019 | Rodrigo Tobias de Sousa Lima Perseverando Trindade Garcia Filho |
| 6 | Ofício n.º 603/2020 - GS/SUSAM | Solicitando regularizar pendências referentes a Terceira Parcela do Contrato de Gestão n.º 001/2019. | 04/02/2020 | Rodrigo Tobias de Sousa Lima Perseverando Trindade Garcia Filho |
| 7 | Ofício n.º 1193/2020 - GS/SUSAM | Reiterando Ofício n.º 0603/2020-GS/SUSAM (Cópia anexa). Solicitando regularizar pendências referentes a Terceira Parcela do Contrato de Gestão n.º 001/2019. | 11/03/2020 | Perseverando Trindade Garcia Filho |
| 8 | Ofício n.º 1191/2020 - GS/SUSAM | Solicitando regularizar pendências referentes a Quarta Parcela do Contrato de Gestão n.º 001/2019. | 11/03/2020 | Perseverando Trindade Garcia Filho |
| 9 | Ofício n.º 1342/2020 - FES/SUSAM | Dilatação de Prazo (OF. 1191) | 23/03/2020 | Rodrigo Tobias |
| 10 | Ofício n.º 1790/2020 - FES/GSUSAM | Solicitando regularizar pendências referentes ao mês de Agosto/2019 do Contrato de Gestão n.º 001/2019. | 23/04/2020 | Simone Araujo Papaiz Perseverando Trindade Garcia Filho |
| 11 | Ofício n.º 3123/2020 - GSUSAM | Reiterando Ofício n.º 1790/2020-FES/GSUSAM (cópia anexa). Solicitando regularizar pendências referentes ao mês de Agosto/2019 do Contrato de Gestão n.º 001/2019. | 06/07/2020 | Marcellus Jose Barroso Campelo |
| 12 | Ofício n.º 1795/2020 - FES/GSUSAM | Solicitando regularizar pendências referentes a Quarta Parcela do Contrato de Gestão n.º 001/2019. | 23/04/2020 | Simone Araujo Papaiz Perseverando Trindade Garcia Filho |
| 13 | Ofício n.º 3260/2020 - GSUSAM | Solicitando regularizar pendências referentes a Prestação de Contas do mês de Setembro/2019 do Contrato de Gestão n.º 001/2019. | 13/07/2020 | Marcellus Jose Barroso Campelo |
| 14 | Ofício n.º 3536/2020 - GAPC/SUSAM | Solicitando regularizar pendências referentes a Prestação de Contas do mês de Agosto/2019 do Contrato de Gestão n.º 001/2019. | 31/07/2020 | Marcellus Jose Barroso Campelo |
| 15 | Ofício n.º 3608/2020 - GAPC/SUSAM | Solicitando regularizar pendências referentes a Prestação de Contas do mês de Novembro/2019 Saldo da Quinta Parcela do Contrato de Gestão n.º 001/2019. | 31/07/2020 | Marcellus Jose Barroso Campelo |
| 16 | MEMORANDO N.º 95/2020 - FES/DAPC | Contrato de Gestão 001/2019 firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde e o Instituto | 10/08/2020 | Tupinambá Miranda Rodrigues |

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF.7257D35E.14BDA905.47E3DE03

Av. André Araújo, 358, Adrianópolis, Manaus/AM – CEP 69057-025 – Telefone (92) 2129-4700
pram-oficio12@mpf.mp.br

Z:\Delphina\AIA - Omissão\ADITAMENTO - AIA.odt

-26-



Assinado eletronicamente por: THIAGO AUGUSTO BUENO - 19/04/2021 22:34:15
<http://pje1g.trf1.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041922341486500000504401091>
Número do documento: 21041922341486500000504401091

Num. 510146374 - Pág. 26



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

| | | | | | |
|----|---------------------------------------|---|------------|--|--|
| | | Nacional do Desenvolvimento Social e Humano- INDSH | | | |
| 17 | Ofício n.º 2917/2019 - GS/SUSAM | Solicitando apresentar Prestação do Contas referente a Primeira e Segunda Parcela do Contrato de Gestão n.º 001/2019. | 19/06/2019 | Rodrigo Tobias de Sousa Lima Daniele Reis de Araujo Magalhães | |
| 18 | Ofício n.º 1790/2020 - FES/GSUSAM | Solicitando regularizar pendências referentes ao mês de Agosto/2019 do Contrato de Gestão n.º 001/2019. | 23/04/2020 | Simone Araujo Papaiz Perseverando Trindade Garcia Filho | |
| 19 | Ofício n.º 3123/2020 - GSUSAM | Reiterando Ofício n.º 1790/2020-FES/GSUSAM (cópia anexa). Solicitando regularizar pendências referentes ao mês do Agosto/2019 do Contrato de Gestão n.º 001/2019. | 06/07/2020 | Marcellus Jose Barroso Campelo | |
| 20 | Ofício n.º 00307/2020 - GFES | Manifestação da SEFAZ no Processo 6930/2020 - INDSH | 08/09/2020 | Nivea Barroso de Freitas | |
| 21 | Despacho | Encaminha para assessoria jurídica | 10/09/2020 | GINNA CARMEM DE JESUS GIBSON | |
| 22 | PARECER N° 124/2020 — ASSEJ/SEA/SEFAZ | EMENTA: ADMINISTRATIVO. ORGANIZACAO ADMINISTRATIVA. LEI DELEGADA N° I22, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019. CONTRATO DE GESTAO. LEI 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998. | 11/09/2020 | | |

Em razão das glosas financeiras não aplicadas pela administração pública, a CGU apurou prejuízo potencial de R\$ 10.540.137,50, correspondente à soma da glosa financeira (R\$ 9.272.435,11) e da glosa qualitativa (R\$ 1.267.702,39).

IV. 6. Dano ao erário decorrente de inexecução financeira do INDSH

A CGU também apurou a ocorrência de prejuízo milionário ao erário em razão da não execução financeira de recursos repassados à organização social. Essa constatação se deu a partir de dados fornecidos pelo próprio INDSH. A organização social encaminhou à CGU informações acerca da apuração mensal do período de abril de 2019 a março de 2020. Trata-se do registro de todas as despesas realizadas pelo INDSH para a execução do programa de trabalho referente ao contrato original e os três primeiros Termos Aditivos.

A CGU resumiu em uma tabela os valores informados (doc. 08):

Av. André Araújo, 358, Adrianópolis, Manaus/AM – CEP 69057-025 – Telefone (92) 2129-4700
pram-oficio12@mpf.mp.br

Z:\Delphina\AIA - Omissão\ADITAMENTO - AIA.odt





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

Tabela 1 – Apuração contábil de recursos não aplicados pelo INDSH (Abr/2019 a Mar/2020), de acordo com o PA

| DESPESAS OPERACIONAIS (RS) | VALOR ORÇADO Mensal | VALOR ORÇADO Anual | TOTAL EXECUTADO SEGUNDO INDSH - Anual | TOTAIS ORÇADOS NÃO EXECUTADOS E EXECUTADOS A MAIOR SEGUNDO INDSH - Anual |
|--|---------------------|--------------------|---------------------------------------|--|
| Pessoal Próprio | 3.008.367,07 | 36.100.404,85 | 24.743.641,97 | 11.356.762,88 |
| Encargos Sociais | 336.060,00 | 4.032.720,00 | 1.936.686,73 | 2.096.033,27 |
| Provisões | - | - | 5.591.591,91 | -5.591.591,91 |
| Benefícios a Funcionários | 67.000,00 | 804.000,00 | 1.645.263,76 | -841.263,76 |
| (Serviços de Terceiros - PJ) | 296.240,00 | 3.554.880,00 | 4.624.555,98 | -1.069.675,98 |
| (Serviços de Terceiros - PF) | - | - | 11.450,00 | -11.450,00 |
| (Serviços Médicos - PJ) | 2.739.015,55 | 32.868.186,66 | 36.516.829,29 | -3.648.642,63 |
| SADT ² | 585.666,38 | 7.027.996,56 | 7.325.098,51 | -297.101,95 |
| Seguros/Contratos de Manutenção/Periódicos ³ | 62.000,00 | 744.000,00 | 777.483,89 | -33.483,89 |
| Serviços Técnico Radiologia ⁴ | 132.000,00 | 1.584.000,00 | - | 1.584.000,00 |
| Gases Medicinais | 92.000,00 | 1.104.000,00 | - | 1.104.000,00 |
| Mat.Med. Reembolsável | 576.000,00 | 6.912.000,00 | 11.984.175,93 | -5.072.175,93 |
| Mat. Med. não Reembolsável | 59.000,00 | 708.000,00 | 655.113,29 | 52.886,71 |
| Gêneros Alimentícios | 6.500,00 | 78.000,00 | - | 78.000,00 |
| Telefone | 12.000,00 | 144.000,00 | 88.860,54 | 55.139,46 |
| Internet | - | - | 32.843,92 | -32.843,92 |
| Água | 13.000,00 | 156.000,00 | 94.020,84 | 61.979,16 |
| Correios | - | - | 2.065,07 | -2.065,07 |
| Energia Elétrica | 145.000,00 | 1.740.000,00 | 230.815,19 | 1.509.184,81 |
| Aluguéis | 4.500,00 | 54.000,00 | 106.314,94 | -52.314,94 |
| Combustíveis e Lubrificantes | 3.000,00 | 36.000,00 | 61.604,09 | -25.604,09 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 1.000,00 | 12.000,00 | 47.029,65 | -35.029,65 |
| Outras | 10.000,00 | 120.000,00 | 508.859,62 | -388.859,62 |
| Sub-Total das Despesas Operacionais (4) | 8.148.349,29 | 97.780.191,51 | 96.984.305,12 | 795.886,39 |
| 2.2. DESPESAS NÃO OPERACIONAIS | 303.000,00 | 3.636.000,00 | 2.680.408,79 | 955.591,21 |
| Taxas/Financeiras e Outras | 303.000,00 | 3.636.000,00 | 2.680.408,79 | 955.591,21 |
| Saldo não aplicado (com compensação entre rubricas) | | | | 1.751.477,60 |

De acordo com a CGU, resta o saldo de R\$ 1.751.477,60 de valores recebidos e não aplicados pela organização social, de modo que *considera uma compensação de valores entre os itens do plano de aplicação. Por exemplo, eventual saldo remanescente de "Energia Elétrica" sendo utilizado em outro item do PA (doc. 08).*





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

Entretanto, o prejuízo ao erário é muito maior. A análise da CGU apurou que considerando somente os itens que não atingiram as metas orçadas para o período de 01/04/2019 a 31/03/2020, desconsiderando o remanejamento dos saldos remanescentes em outros itens do PA (Plano de Aplicação), podemos verificar que R\$ 19.649.463,89 não foram aplicados conforme previsto, consoante tabela a seguir:

Tabela 2 – Lista dos itens do Plano de Aplicação que não cumpriram sua meta, ao final do primeiro ano.

| DESPESAS OPERACIONAIS (RS) | ORÇADO | | TOTAL EXECUTADO SEGUNDO INDSH - | TOTAIS ORÇADOS NÃO EXECUTADOS SEGUNDO INDSH - |
|---|--------------|---------------|---------------------------------|---|
| | Mensal | Anual | Anual | Anual |
| Pessoal Próprio | 3.008.367,07 | 36.100.404,85 | 24.743.641,97 | 11.356.762,88 |
| Encargos Sociais | 336.060,00 | 4.032.720,00 | 1.936.686,73 | 2.096.033,27 |
| Serviços Técnico Radiologia ⁵ | 132.000,00 | 1.584.000,00 | - | 1.584.000,00 |
| Gases Medicinais | 92.000,00 | 1.104.000,00 | - | 1.104.000,00 |
| Mat. Med. não Reembolsável | 59.000,00 | 708.000,00 | 655.113,29 | 52.886,71 |
| Gêneros Alimentícios | 6.500,00 | 78.000,00 | - | 78.000,00 |
| Telefone | 12.000,00 | 144.000,00 | 88.860,54 | 55.139,46 |
| Água | 13.000,00 | 156.000,00 | 94.020,84 | 61.979,16 |
| Energia Elétrica | 145.000,00 | 1.740.000,00 | 230.815,19 | 1.509.184,81 |
| Sub-Total das Despesas Operacionais (4) | 8.148.349,29 | 97.780.191,51 | 96.984.305,12 | 795.886,39 |
| Taxas/Financeiras e Outras | 303.000,00 | 3.636.000,00 | 2.680.408,79 | 955.591,21 |
| Saldo orçado não aplicado na própria rubrica conforme previsto | | | | 19.649.463,89 |

Conforme apurado pela CGU (doc. 08):

(...) **o Instituto deixou de cumprir as metas orçadas para vários itens.** Como exemplo, o Instituto deixou de aplicar, nesse primeiro lapso, R\$ 11.356.762,88 referentes ao item pessoal próprio.

Mais gravemente, os itens “Serviços Técnico Radiologia”, “Gases Medicinais” e “Gêneros alimentícios” sequer tiveram aplicação de recursos no intervalo analisado e poderiam ter tido suas metas orçadas ajustadas, tendo em vista que não houve qualquer pagamento para essas despesas. Dessa forma, a previsão de reajuste de seus valores por termo aditivo se torna mais evidente - destaquei.

As constatações da CGU deixam claro como a omissão da administração estadual em efetivamente exercer sua obrigação de fiscalização da execução contratual tem causado prejuízos milionários ao erário.





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

Em sua atuação, a CGU compilou os dados referentes à inexecução das metas contratuais e concluiu pela necessidade de reajustamento do programa de trabalho (doc. 08):

Tabela 3 – Itens do Plano de Execução que não tiveram a meta atingida no período.⁶

| DESPESAS OPERACIONAIS (RS) | Valor Máximo Executado no período | Inexecução Mínima no período |
|--|-----------------------------------|------------------------------|
| Pessoal Próprio | 2.401.181,83 | 607.185,24 |
| Encargos Sociais | 192.867,51 | 143.192,49 |
| Serviços Técnico Radiologia ⁷ | 0,00 | 132.000,00 |
| Gases Medicinais | 0,00 | 92.000,00 |
| Gêneros Alimentícios | 0,00 | 6.500,00 |
| Energia Elétrica | 27.443,18 | 117.556,82 |

“A tabela acima ilustra a falta de acompanhamento das metas do contrato de gestão, no sentido de que, facilmente, pelo menos em parte dos itens do Plano de Trabalho, suas metas poderiam ter sido ajustadas para a real demanda.” - destaquei.

Assim, a CGU apurou, a partir dos dados informados pelo próprio INDSH, prejuízo ao erário no valor de R\$ 21.512.553,54 em razão do não cumprimento de despesas operacionais e da inexecução de aplicação de valores recebidos da SES.

Ao final, a CGU apurou o dano total de R\$ 32.052.691,04, englobando os danos informados pelo próprio INDSH (tratado neste item) e os encontrados por conta da ausência de glosa financeira (R\$ 9.272.435,11) e da glosa qualitativa (R\$ 1.267.702,39) – tratados no item anterior.

IV.7. Pagamento antecipado de valores ao INDSH

O Contrato de Gestão nº 01/2019, desde sua forma originária, prevê o pagamento antecipado de valores ao INDHS, conforme disposto na cláusula 7.1.6 (doc.02):

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CAD9D35E.14BDA905.47E3DE03





AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

7.1.2. Será repassado o montante de R\$ 8.451.349,00 (oito milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, trezentos e quarenta e nove reais) na primeira fase de implantação, correspondente ao mês de abril/2019;

7.1.3. Será repassado o montante de R\$ 11.624.454,00 (onze milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais) na segunda fase de implantação, correspondente ao mês de maio/2019;

7.1.4. Será repassado o montante de R\$ 14.655.952,00 (quatorze milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e dois reais) na terceira fase de implantação, correspondente ao mês de junho/2019;

7.1.5. Nos demais meses será repassado montante de R\$ 15.265.450,00 (quinze milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais), que corresponde a quarta fase de implantação, relativa à totalidade de serviços prevista no Termo de Referência;

7.1.6. O montante relativo à primeira parcela (item 7.1.2), será repassado no dia 1º (primeiro) de abril/2019, data correspondente ao início das atividades previstas neste Contrato de Gestão, e as demais parcelas serão repassadas no dia 10 (dez) dos meses subsequentes;

Assim, o INDSH recebe os valores, mês a mês, antes de realizar a prestação dos serviços contratados, o que é vedado pelas disposições dos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/64⁶ e art. 65, II, "c", da Lei nº 8.666/93⁷.

O contrato de gestão, ainda que tenha por objeto a prestação de um serviço de interesse genuinamente público e que, tratando-se de saúde, deva ser primordialmente prestado pela administração pública de forma direta, conforme demonstrado acima, mantém a natureza jurídica de contrato administrativo firmado com terceiros estranhos à administração.

Não obstante o ajuste no contrato de gestão seja feito com uma organização social, pessoa jurídica que não tem atuação voltada ao alcance de lucro, persiste

6 "Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acórdão respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço".

7 "Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (...)

II - por acordo das partes: (...)

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;"





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

o caráter contratual entre as partes, tal como previsto no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.666/93⁸.

Desse modo, não se pode dispensar aos contratos de gestão o mesmo tratamento jurídico que recebem determinados ajustes firmados entre entidades da própria administração pública para a consecução de determinado fim, *v.g.*, repasse para a construção de uma escola, situação na qual é afastado o regime contratual administrativo e os repasses financeiros não são considerados pagamentos.

Como consequência, no contrato de gestão, os repasses financeiros feitos à organização social mantêm a natureza jurídica de pagamento. Continuam sendo contraprestação pela execução de um serviço. Portanto, após ser prestado o serviço pela organização social, tem a administração pública o dever de pagar por ele.

Nesse sentido é a lição de Fernando Borges Mânica e Fernando Menegat⁹:

“Considerando o caráter específico do Contrato de Gestão, conforme demonstrado, **é lícito concluir que os repasses de verba pública envolvidos em um Contrato de Gestão não possuem a caracterização de transferência voluntária de recursos, mas sim de pagamento a título de contraprestação pelos serviços de gestão prestados pela Organização Social parceira.** O Contrato de Gestão, repese-se, não tem como objeto o incentivo ao desempenho de atividades privadas dotadas de relevância social, mas sim a transferência da gestão de tais atividades a uma entidade privada qualificada como Organização Social” – destaquei (itálicos no original).

Sendo assim, a sistemática adotada pela SES na contratação em análise subverte a natureza jurídica do contrato de gestão, uma vez que trata como transferência voluntária de recursos o que é, em verdade, contraprestação por serviços executados.

Tal como vem se realizando as transferências financeiras ao INDSH, deveria a organização social adotar uma postura ainda mais inspirada nos princípios que devem nortear a atuação da administração pública, haja vista que está verdadeiramente atuando, inclusive do ponto de vista de execução financeira, como entidade própria da administração direta.

A consequência dessa desnaturação do repasse financeiro no contrato de gestão em análise deve ser a adoção pelo INDSH de medidas ainda maiores de transparência, eficiência e controle dos recursos manejados, uma vez que atua, na prática, como um ente da administração que executa valores orçamentários, separando os montantes necessários para o pagamento de suas despesas que são posteriormente realizadas.

8 “Art. 2º (...)

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada”.

9 “A natureza jurídica do contrato de gestão com as Organizações Sociais e suas repercussões no sistema de controle pelos Tribunais de Contas”. Revista Brasileira de Direito Público – RBDP. Belo Horizonte, ano 12, n. 47, 2014.





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

No entanto, como exaustivamente demonstrado, o que se verifica no caso em análise é situação totalmente oposta.

V – APLICAÇÃO DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A responsabilização por atos de improbidade administrativa encontra fundamento no art. 37, §4º, da Constituição Federal:

“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)”

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”;

A Lei nº 8.429/92, enquanto norma regulamentadora do citado dispositivo constitucional, está vinculada diretamente às diretrizes superiores do art. 37, *caput*, eis que as condutas ímprobadas previstas da lei de improbidade representam violações em menor ou maior grau aos princípios nele estampados.

O art. 4º da Lei 8.429/92 dispõe no seguinte sentido: “*Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos*”.

O legislador pretendeu, assim, imputar ao agente público, por meio de dispositivo a ele diretamente dirigido, o dever de observância aos princípios que norteiam a atividade administrativa e que se encontram expressamente previstos no texto da Constituição.

Trata-se do dever geral de probidade, o qual impõe, ao mesmo tempo, comportamento positivo e negativo do agente público, do qual se espera a estrita observância aos princípios e, de outro passo, a abstenção de inobservá-los. Ressalte-se que os princípios expressos na CF/88 não se aplicam isoladamente, conforme nos ensina Fazzio Júnior¹⁰:

Afigura-se indispensável, para esse fim, considerar que os princípios constitucionais da administração pública não são postulados isolados. Considerados sob uma perspectiva de insulamento, perdem a força inerente à interação de seus elementos. (...) Os princípios constitucionais da Administração devem ser compreendidos imbricados, de forma que cada um funciona como elemento constitutivo do outro. Assim, a agressão à moralidade administrativa implica na ilegalidade, dado que no cotejo entre os motivos e a finalidade do ato esta se aloja na lei. A eficiência, sem a moralidade, não é eficiência administrativa, mas simples objetivo técnico instrumental. A moralidade não basta sem a impessoalidade, dado que qualquer estipulação moralmente válida pressupõe a isonomia dos destinatários da norma. A garantia da legalidade dos atos administrativos não

10 JÚNIOR, Waldo Fazzio. *Improbidade Administrativa: doutrina, legislação e jurisprudência*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

prescinde da publicidade, que tem o efeito de torná-los obrigatórios. E assim por diante, numa infinita sobreposição de fatos sob variadas articulações. (FAZZIO JÚNIOR, 2015, p. 83,84).

A Lei nº 8.429/92 define os atos de improbidade administrativa, os quais estão separados em três modalidades, quais sejam: (a) atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito; b) atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário e, (c) atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública.

Uma vez enquadrado na prática dos atos exemplificativamente descritos nos art. 9º, 10 e 11 da Lei 8.429/92, estará o responsável sujeito às penalidades previstas no art. 12 do mesmo diploma legal.

Considera-se agente público todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente, com ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação ou qualquer outro vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em qualquer entidade pública ou mesmo privada (art. 2).

Uma vez enquadrado na prática dos atos exemplificativamente descritos nos art. 9º, 10º e 11º da Lei 8.429/92, estará o responsável sujeito às penalidades previstas no art. 12 do mesmo diploma legal. Frise-se que o rol constante dos artigos 9º, 10 e 11 é meramente exemplificativo, sendo que a *“qualificação da conduta como ato de improbidade, nessa linha de raciocínio, depende da presença dos pressupostos elencados no caput das três normas jurídicas em comento”* (OLIVEIRA; NEVES, 2014, p. 76)¹¹.

O art. 9º da lei de improbidade disciplina as situações em que há a ocorrência de enriquecimento ilícito do agente como nota principal.

O art. 10 trata das hipóteses em que o ato de improbidade causa lesão ao erário, a qual se configura com a perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º da Lei. Ao contrário do que pretende o art. 9º, visa-se a proteger o patrimônio público, sendo dispensável a existência de dolo, bastando a efetiva ocorrência de dano ao erário, por meio de efetivo prejuízo financeiro ou moral.

Por fim, o art. 11 estabelece algumas hipóteses exemplificativas de atos que atentem contra os princípios da Administração Pública, e que, como tal, constituam *“ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições”*.

11 NEVES, Daniel Amorim Assumpção; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Manual de Improbidade Administrativa. 2ª ed. Rev., atual e ampl. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.





Da análise dos autos anexos, atesta-se o cometimento de atos de improbidade administrativa pelos requeridos, resultantes em graves prejuízos ao erário e lesão a princípios da Administração Pública.

V. 1. CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO praticou condutas comissivas que contribuíram para o enriquecimento ilícito da organização social contratada. Foi o mencionado correquerido que, na qualidade de Secretário de Estado de Saúde, assinou o Contrato de Gestão nº 01/2019 que legitimou que o INDSH executasse serviços públicos na área da saúde, no Complexo Hospitalar da Zona Norte, por meio de um plano de trabalho, conforme amplamente demonstrado, genérico e impreciso, em total descompasso com a legislação de regência (art. 7, I, da Lei nº 9.637/98; art. 7º, I, da Lei Estadual nº 3.900/2013; e art. 10, I do Decreto Estadual nº 41.817/2020), além de conter a previsão ilegal de pagamento antecipado.

Repise-se que o próprio INDSH reconheceu que o programa de trabalho apresentado era deficitário, chamando o documento de *proposta* e afirmando que foi *surpreendido* quando o documento *daquela forma incompleta* foi incluído como anexo do Contrato de Gestão (doc. 10 – Ofício 08/2019, protocolado na Susam em 27.09.2019 – III.2.a).

Como decorrência da manifestação de vontade de CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO, vinculando a administração pública estadual ao programa de trabalho viciado apresentado pela organização social, a CGU apurou dano ao erário potencial no montante de R\$ 10.540.137,50, conforme tratado no item III.5.

Dessa forma, a conduta de CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO se amolda à disposição do art. 10, XII, da Lei nº 8.429/92:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente: (...)

XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;

Na espécie, a dolosa inobservância das disposições do art. 7, I, da Lei nº 9.637/98, do art. 7º, I, da Lei Estadual nº 3.900/2013, e do art. 10, I do Decreto Estadual nº 41.817/2020 permitiu que fosse contratado programa de trabalho genérico e impreciso, cuja execução, tal como demonstrado, vem provocando dano ao erário.

Quanto ao **elemento subjetivo**, restou configurado o dolo do gestor público. Com efeito, cuida-se de contrato milionário, de modo que apenas o contrato originário, firmado pelo referido correquerido, previu o pagamento global do montante de R\$

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF:7257D35E.14BDA905.47E3DE03





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

172.120.805.00. A dimensão do contrato evidencia que houve proposital omissão do gestor público em verificar a consonância entre os seus termos e os ditames legais.

Além disso, como já exposto, tratando-se de prestação de serviços de saúde, a necessidade e viabilidade da transferência de serviços públicos dessa natureza deve ser pormenorizadamente demonstrada, em homenagem ao princípio da complementariedade, de modo que não se admite a formação de um ajuste dessa natureza sem que o administrador público tenha pleno conhecimento do programa de trabalho que será executado pela organização social contratada. Em especial no caso do correquerido, que é bacharel em Direito e integra o quadro dos membros da Defensoria Pública do Estado do Amazonas.

Assim, resta claro que o correquerido conhecia os termos genéricos e imprecisos do programa de trabalho contratado, tendo, via de consequência, conscientemente anuído integralmente com seus termos.

Como se demonstrou, os vícios do programa de trabalho apresentado pela organização social provocaram danos milionários e, em virtude disso, o enriquecimento ilícito do INDSH.

Além disso, o Contrato de Gestão nº 01/2019 contém a ilícita previsão de pagamento antecipado, em afronta ao previsto nos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/64 e art. 65, II, "c", da Lei nº 8.666/93.

Dessa forma, não há dúvida de que CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO agindo com dolo na condição de Secretário de Saúde do Estado, firmou o Contrato de Gestão nº 01/2019 no qual constava como parte integrante programa de trabalho genérico e impreciso, do qual tinha plena consciência, e que isso provocou a ocorrência de dano ao erário e enriquecimento ilícito da organização social em valores milionários.

Assim, a conduta do correquerido foi determinante para que fosse possível o enriquecimento ilícito do INDSH, de forma que se amolda à disposição do art. 10, XII, da Lei nº 8.429/92.

Saliente-se que o correquerido, no exercício das funções de Secretário Estadual de Saúde, titularizava o DEVER, pelos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade administrativa e da eficiência (artigo 37, *caput*, CF), de cumprir e mandar cumprir adequadamente o ordenamento jurídico-constitucional, aplicar corretamente as verbas oriundas dos repasses federais e zelar pela sua escorreita execução.

Pelo exposto, a conduta de CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO justifica a aplicação das sanções previstas no art. 12, II, da Lei nº 8.429/92, por se amoldar ao disposto no art. 10, XII, do referido diploma normativo.

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF.7257D35E.14BDA905.47E3DE03





V. 2. RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA

RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA, na condição de Secretário de Saúde do Estado, subscreveu os 1ª, 2º, 3º e 4º Termos Aditivos do Contrato de Gestão nº 01/2019. Quanto aos três primeiros Termos Aditivos, valem as mesmas considerações feitas quando da análise da responsabilidade do correquerido CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO.

Da mesma forma que CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO, o Secretário de Saúde **RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA**, ao assinar ajustes nos quais a administração pública anuía com a execução de programas de trabalho ilícitos, posto que genéricos e imprecisos, praticou atos de improbidade administrativa que permitiram o enriquecimento ilícito da organização social contratada, amoldando suas condutas às disposições do art. 10, XII, da Lei nº 8.429/92.

Além disso, conforme exposto no item III.2, quando da assinatura tanto do 2º quanto do 3º Termos Aditivos, ocorreram flagrantes e avultosas divergências entre o que constou dos respectivos cronogramas de execução apresentados pelo INDSH, o que restou consignado nos programas de trabalho respectivos e, ainda, o que foi registrado nos cronogramas dos 2º e 3º Termos Aditivos.

O mínimo que se espera de um Secretário de Estado é que conheça o conteúdo integral dos documentos que integram um contrato de gestão milionário que ele subscreveu.

Essas condutas praticadas pelo correquerido demonstram seu total descaso e menoscabo na gestão pública, caracterizando, indubitavelmente o elemento subjetivo dolo.

Outro ato de improbidade administrativa praticado por **RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA** foi a formação do 4º Termo Aditivo. Conforme demonstrado acima (item III.3), cuidou-se de ajuste ilícito, em total desrespeito às normas cogentes que disciplinam a contratação no âmbito da administração pública.

O desvirtuamento do objeto do contrato, com a duplicação dos valores pagos, sem a realização de estudos preliminares, somada à fixação de programa de trabalho, mais uma vez, vago e impreciso, sem qualquer critério técnico, configura ato de improbidade administrativa que, da mesma forma, concorre para o enriquecimento ilícito da organização social contratada, já que os valores são pagos, mês a mês, sem qualquer referência para o controle da execução. Ouvido em sede extrajudicial, o correquerido não soube informar os motivos que levaram à fixação dos valores do contrato, fato que apenas confirma o dolo de sua conduta.

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF.7257D35E.14BDA905.47E3DE03





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO**

Em seu depoimento extrajudicial perante este Ministério Público Federal, RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA declarou que não participou das discussões para a formalização do 4º Termo Aditivo, tendo-se subscrito dias antes de formalmente deixar o cargo de Secretário de Saúde do Estado, em período no qual, segundo suas próprias declarações, não era ele mais quem efetivamente exercia as funções do cargo. Disse que assinou o 4º Termo Aditivo por pressão exercida pelo correquerido CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO, Vice-Governador do Estado.

Aqui, igualmente, não há dúvida do elemento subjetivo de RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA, configurando-se dolo o fato de, na condição de Secretário de Estado, assinar um contrato que prevê o repasse mensal de mais de 16 milhões de reais, sem qualquer critério objetivo que balize a atuação da administração pública, seja na contratação, seja na execução dos serviços públicos de saúde.

Ainda que se tratasse de período de transição de gestores da pasta, é totalmente contrário às práticas mais basilares da boa administração pública a assinatura de um contrato com previsão do desembolso de mais de 101 milhões de reais sem que seu subscritor tenha participado das discussões de sua celebração ou, ao menos, conheça detalhadamente seus termos.

A alegação de que firmou o respectivo documento por pressão de pessoa integrante da administração pública estadual apenas contribui para a confirmação do dolo de sua conduta.

Não fosse o bastante, RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA praticou, ainda, atos de improbidade administrativa que concorreram para o enriquecimento ilícito do INDSH ao não tomar as medidas administrativas para que fosse realizado o efetivo controle da execução do Contrato de Gestão nº 01/2019.

Tal como descrito nos itens III.5 e III.6, a omissão da administração pública no seu dever de fiscalizar a execução do contrato de gestão implicou grave lesão ao erário e enriquecimento ilícito do INDSH, sendo que grande parte desta omissão é atribuída a RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA, posto que se deu enquanto exerceu o cargo de Secretário de Saúde do Estado, de março de 2019 a abril de 2020.

Com efeito, a CGU identificou, quanto à execução do contrato de gestão no período de abril de 2019 a março de 2020, 8 oportunidades nas quais RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA foi omisso em seu dever de determinar a glosa de pagamentos indevidos em favor do INDSH (vide quadro à pág. – doc. 08).

Em situação semelhante à tratada nos autos, o STJ reconheceu a ocorrência de ato de improbidade administrativa:





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

"PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. MENÇÃO EXPRESSA À DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. REVISÃO DO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUANTO À PRESENÇA DOS ELEMENTOS CARACTERIZADORES DO ATO ÍMPROBO E À PROPORCIONALIDADE DAS SANÇÕES APLICADAS. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ.

HISTÓRICO DA DEMANDA 1. Cuida-se, na origem, de Ação de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público estadual contra os ora agravantes e outros, objetivando a condenação dos réus à restituição aos cofres públicos dos recursos desviados por intermédio da subcontratação das ONGs INEP, INAAP, IBDT e CBDDC pela FESP (à exceção dos danos decorrentes do Projeto "Saúde em Movimento"); às sanções do art. 12 da Lei 8.429/1992: perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil, proibição de contratar com o Poder Público; pagamento de indenização por danos morais difusamente suportados pela coletividade.

2. Sustenta o Parquet estadual que o Estado do Rio de Janeiro, através da FESP, celebrou contratos com organizações não governamentais, através dos quais foram desviados recursos públicos, sendo tais fatos apenas uma das etapas de operação muito mais ampla, que desviou dezenas de milhões de reais dos cofres públicos. (...)

9. Hipótese em que o Tribunal de origem, com base no contexto fático-probatório dos autos, consignou que "Neste aparato montado milhões de reais foram indevidamente repassados às referidas ONGs que, inobstante tenham destinado quantitativo para pagamento de mão de obra terceirizada, apropriaram-se de verba sabidamente pública independente da contraprestação correspondente. Das provas carreadas aos autos, inclusive mediante interceptação telefônica, exsurge a certeza de que parte considerável desta verba foi maliciosamente sacada na 'boca do caixa', outra parte foi desviada através de empresas de faixa, 'empresas fantasmas', e de pessoas físicas vinculadas ao esquema, sem que houvesse a correspondente prestação de serviços ao Estado do Rio de Janeiro. Portanto, é flagrante o dano ao erário. A ilegalidade da contratação, sem o devido procedimento licitatório, já está a indicar a existência de dano, mormente quando ainda se verificam sucessivas contratações com outras ONG's para a realização daquele mesmo objeto licitado.

Portanto, é flagrante o dano ao erário. A ilegalidade da contratação, sem o devido procedimento licitatório, já está a indicar a existência de dano, mormente quando ainda se verificam sucessivas contratações com outras ONG's para a realização daquele mesmo objeto licitado. Consta das provas cuidadosamente carreadas aos autos que os réus, à época diretores da CEDAE, contrataram a FESP para a execução de projetos de contornos imprecisos, os quais envolviam o fornecimento de mão-de-obra não existente no quadro funcional da Fundação. **No mesmo diapasão, houve omissão dos réus na fiscalização e execução desses serviços, o que contraria os deveres do gestor público.** Outrossim, é uma afronta à inteligência deste juízo a alegação de impossibilidade de dar posse a candidatos aprovados em concurso público por obstáculo criado pela governadora do Estado. Trata-se de uma grande falácia, haja vista a CEDAE ser uma sociedade de economia mista e, como tal, possuir autonomia administrativa, a qual inclui a contratação de seus funcionários.

(...) Outrossim, verifica-se o aumento escandaloso no número de terceirizados durante o período em que os réus administraram a CEDAE - eram 110 terceirizados no início, mas ao final contavam 1600 terceirizados de forma ilegal. Portanto, não merece acolhida o argumento de que as contratações realizadas pela CEDAE sem licitação visavam a continuidade da prestação do serviço público em favor do interesse da coletividade. Diante das provas colhidas, não restam dúvidas quanto à conduta dos apelantes, isto é, agiram de forma livre e consciente nas várias contratações realizadas

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CAD9DDF.7257D35E.14BDA905.47E3DE03





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

com o intuito de desviar verbas públicas de grande monta. As relações entre as pessoas envolvidas no esquema, bem como as empresas também envolvidas, vão além da mera aparência contratual, porquanto evidenciam relações promíscuas, dissimuladas, com o intuito de lesar o erário, o que deve ser veementemente censurado pelo Judiciário.

Por tais razões, a alegação de desconhecimento das terceirizações feitas pela FESP não merece prosperar". (...) – destaquei.

(AgInt no AREsp 869.870/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 29/11/2016)

Em sua oitava extrajudicial, RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA declarou que é professor universitário, leciona sobre gestão e planejamento, e possui formação acadêmica avançada, já que alcançou o título de doutorado em saúde pública. De alguém com essa formação, não se pode admitir a prática de atos comissivos e omissivos tão graves quanto os ora descritos, de modo que não há dúvida acerca do dolo de suas condutas, mostrando-se necessária a aplicação das sanções previstas no art. 12, II, da Lei nº 8.429/92 em razão da prática de atos de improbidade descritos no art. 10, XII, da referida norma, pois o requerido: (1) assinou o 1º, o 2º e o 3º Termos Aditivos do Contrato de Gestão nº 01/2019 com programas de trabalho irregulares; (2) firmou o ilícito 4º Termo Aditivo, que também trouxe programa de trabalho genérico e omisso; e (3) omitiu-se em seu dever de zelar pela esmerada fiscalização da execução do Contrato de Gestão 01/2019, deixando de determinar a adoção das medidas previstas no ajuste para o controle do contrato, bem como mantendo-se inerte quanto ao dever de realizar as glosas apuradas pela própria administração pública.

V. 3. SIMONE ARAÚJO DE OLIVEIRA PAPAIZ

SIMONE ARAÚJO DE OLIVEIRA PAPAIZ foi Secretária de Saúde do Estado, em sucessão a RODRIGO TOBIAS, no período de abril a julho de 2020. Em que pese não ter formalizado nenhum dos Termos Aditivos, quando da sua gestão se omitiu, dolosamente, quanto ao dever de determinar a efetiva fiscalização da prestação dos serviços públicos objeto do Contrato de Gestão nº 01/2019, bem como de adotar as providências necessárias para que fossem realizadas glosas de valores indevidamente recebidos pela organização social contratada.

Conforme apontado no item III.4, o resultado da omissão da administração pública em seu dever de efetivamente fiscalizar a execução do contrato de gestão implicou o enriquecimento ilícito da organização social que vem recebendo, mensalmente, a integralidade dos valores contratados, sem que seja realizado o efetivo controle da prestação dos serviços pactuados.

No período em que esteve no exercício do cargo de Secretária de Estado da Saúde, **SIMONE ARAÚJO DE OLIVEIRA PAPAIZ** assistiu, passiva e dolosamente, a realização dos pagamentos milionários feitos mensalmente ao INDSH,

Av. André Araújo, 358, Adrianópolis, Manaus/AM – CEP 69057-025 – Telefone (92) 2129-4700
pram-oficio12@mpf.mp.br

Z:\Delphina\AIA - Omissão\ADITAMENTO - AIA.odt

-40-

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF:7257D35E.14BDA905.47E3DE03





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

sem adotar providência no sentido de aferir a efetiva execução dos serviços de saúde no Complexo Hospitalar da Zona Norte.

Tal conduta é totalmente contrária ao dever de zelo e eficiência que se espera do gestor público, especialmente em relação a um contrato de valores mensais milionários.

Em seu Relatório de Apuração, a CGU indicou, ao menos, três oportunidades nas quais **SIMONE ARAÚJO DE OLIVEIRA PAPAIZ** deixou de adotar providências que implicassem na glosa de valores indevidamente recebidos pela organização social (item III. 5 – pág. – doc. 08).

Portanto, não há dúvida quanto a seu elemento subjetivo, tendo atuado com dolo, de modo que sua omissão foi decisiva para a ocorrência do dano ao erário e do enriquecimento ilícito do INDHS, tal como apontado pela CGU.

Assim, resta caracterizada a prática de atos de improbidade administrativa por **SIMONE ARAÚJO DE OLIVEIRA PAPAIZ** em razão da sua omissão dolosa quanto à determinação de medidas efetivas de controle da execução e dos pagamentos do INDSH, de modo que concorreu para o enriquecimento ilícito da organização social.

Pelo exposto, de rigor a aplicação das penas previstas no art. 12, II, da Lei nº 8.429/92, em decorrência da prática de fatos que se amoldam ao disposto no art. 10, XII, do referido diploma normativo.

V. 4. MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPELO

MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPELO é o atual Secretário de Saúde do Estado do Amazonas, tendo assumido a pasta em substituição a SIMONE PAPAIZ, em julho de 2020, atuando, inicialmente, como interino. Foi o responsável pela assinatura do 5º Termo Aditivo, que padece dos mesmos vícios do 4º Termo Aditivo, sendo, portanto, ilícito, já que o objeto foi ampliado ao arrepio do ordenamento jurídico pátrio.

Ademais, o programa de trabalho do 5º Termo Aditivo padece dos mesmos vícios de todos os programas de trabalho que lhe antecederam, sendo genérico e impreciso, de modo que não cumpre seu determinante papel de constituir baliza para a aferição da execução dos serviços pactuados.

Da mesma forma que os correqueridos RODRIGO TOBIAS e SIMONE PAPAIZ, o atual Secretário MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPELO se

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF:7257D35E.14BDA905.47E3DE03





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO**

omitiu, dolosamente, quanto ao seu dever de determinar a efetiva fiscalização da execução dos serviços prestados pela organização social, de modo a zelar pela escorreita aplicação dos recursos públicos milionários pagos mensalmente ao INDSH.

No relatório produzido pela CGU, é possível identificar 5 oportunidades nas quais a própria administração estadual indicou a MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPELO a existência de irregularidades que determinavam a adoção de condutas no sentido de que fossem realizadas glosas nos valores pagos ao INDSH (doc. 08). No entanto, o atual gestor da pasta simplesmente ignorou os apontamentos feitos e manteve-se inerte, descumprindo os deveres de probidade que dele se esperam.

Além disso, conforme já exposto, MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPELO apresentou informações a este Ministério Público Federal, em janeiro de 2021, reconhecendo, em janeiro de 2021, que não foi realizada nenhuma glosa nos pagamentos decorrentes do 4º Termo Aditivo do Contrato de Gestão (doc. 23):



OFÍCIO Nº 195/2021 – ASJUR/SES-AM

Manaus, 11 de janeiro de 2021.

**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
THIAGO AUGUSTO BUENO
PROCURADOR DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
AV. ANDRÉ ARAÚJO, 358, ADRIANÓPOLIS, MANAUS, AM, CEP 69057-025**

Assunto: Resposta ao Ofício nº 343 e 320/2020/12OFICIO/PR/AM, expedidos no interesse do IC 1.13.000.000719/2020-99. Proc. n.º 01.01.017101.015125/2020-03-SIGED Doc. n.º 00101.000429/2021-00

Ao cumprimentá-lo cordialmente, a Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Amazonas, por intermédio do seu Secretário de Estado de Saúde, vem, respeitosamente, encaminhar resposta ao Ofício nº 343 e 320/2020/12OFICIO/PR/AM, expedidos no interesse do IC 1.13.000.000719/2020-99, nos seguintes termos.

Trata-se de requisição no sentido de obter informações acerca do controle da execução do 4º Termo Aditivo do Contrato de Gestão 01/2019, celebrado com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social Humano (INDHS), especialmente a discriminação dos valores pagos, eventuais glosas e os relatórios de aferição da execução do seu objeto.

Dessa forma, como esclarecido em resposta anterior, a Secretaria de o 4º Termo Aditivo (01.04.2020) ao Contrato de Gestão nº 01/2019 teve sua vigência encerrada na data de 30 de setembro de 2020, conforme já estabelecido desde a sua pactuação.

Assim, considerando os quesitos da presente requisição, cumpre informar que a discriminação dos pagamentos realizados pela Organização Social INDSH poderá ser detalhadamente conferida nos processos mensais de prestação de contas da execução financeira do ajuste, disponíveis no link ao final.

No mais, cumpre informar que durante a execução do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 01/2019 não foram aplicadas nenhuma "glosa" decorrente da inexecução ou descumprimento contratual, tendo em vista a suspensão das metas anteriormente pactuadas no termo primitivo, destinando todos os esforços ao tratamento dos pacientes acometidos pelo vírus da

Av. André Araújo, 358, Adrianópolis, Manaus/AM – CEP 69057-025 – Telefone (92) 2129-4700
pram-oficio12@mpf.mp.br

Z:\Delphina\AIA - Omissões\ADITAMENTO - AIA.odt

-42-

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF.7257D35E.14BDA905.47E3DE03



Assinado eletronicamente por: THIAGO AUGUSTO BUENO - 19/04/2021 22:34:15
<http://pje1g.trf1.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041922341486500000504401091>
Número do documento: 21041922341486500000504401091

Num. 510146374 - Pág. 42



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO**

Ou seja, não há controle efetivo da SES acerca da execução do Contrato de Gestão nº 01/2019, de modo que os pagamentos vem sendo realizados mensalmente sem qualquer desconto.

Assim, não há dúvidas de que MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPELO praticou atos de improbidade administrativa que se enquadram na figura do art. 10, XII, da Lei nº 8.429/92, uma vez que, dolosamente, omitiu-se quanto ao seu dever de, efetivamente, zelar pela esmerada fiscalização da execução do Contrato de Gestão nº 01/2019, de modo a que fossem feitas as glosas indicadas pela própria administração.

Além disso, MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPELO, incorreu na prática de ato de improbidade administrativa, também descrito no art. 10, XII, da Lei nº 8.429/92, ao firmar o ilícito 5º Termo Aditivo do Contrato de Gestão nº 01/2019, com os vícios que já estavam presentes no 4º Termo Aditivo, especialmente a ilicitude da contratação, em total desconformidade com a legislação que rege os contratos administrativos, bem como em razão de o programa de trabalho ser genérico e impreciso, o que dificulta sobremaneira a fiscalização da execução do ajuste.

V. 5. INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH e seu representante legal JOSÉ CARLOS RIZOLI.

A organização social contratada e seu representante legal enriqueceram-se ilicitamente, uma vez que não prestaram na totalidade os serviços objeto do Contrato de Gestão nº 01/2019, conforme apurado pela CGU e detalhado no item III.

No entanto, dado o deficiente, genérico e impreciso programa de trabalho apresentado pelo INDSH desde a formação do ajuste com a administração pública estadual, os prejuízos tendem a ser muito maiores que o apurado pelo CGU a partir da análise dos documentos apresentados pela própria organização social.

Destaque-se que o preposto do INDSH reconheceu que o programa de trabalho que integrou o Contrato de Gestão em análise era deficitário, chamando o documento de proposta e afirmando que foi surpreendido quando o documento daquela forma incompleta foi incluído como anexo do Contrato de Gestão (doc. 10 – Ofício 08/2019, protocolado na Susam em 27.09.2019):

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF.7257D35E.14BDA905.47E3DE03





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO**



13. Então, houve o entendimento entre os prepostos do estado do Amazonas e do INDSH que as atividades a serem realizadas pelo hospital deveriam ser divididas em fases de implantação, diante da dificuldade financeira do ente político e da dinâmica administrativa que seria empregada na gestão de tal unidade de saúde.

14. O preposto do INDSH, Cristiano Oliveira dos Santos, elaborou o documento que figura como item V (Cronograma de implantação inicial) do Anexo II do Contrato de Gestão, como proposta para discussão das fases de implantação das atividades no hospital, no qual ele identificou o valor de R\$ 8.451.349,00 para a fase 1 (um), que é o valor que consta do extrato do Contrato de Gestão publicado no Diário Oficial do Amazonas no dia 01.04.2019.

15. Tal documento constituía-se em proposta elaborada pelo INDSH para posterior discussão do seu conteúdo com os prepostos do estado do Amazonas, até porque ele não estava totalmente concluído e havia, inclusive, erro de soma de valores, o que seria percebido por ocasião da discussão final com o governo e com a sua revisão final.

16. Qual não foi a surpresa do INDSH ao ver aquele documento, elaborado por seu preposto como sugestão de discussão, figurar, daquela forma incompleta, como item V do Anexo II do Contrato de Gestão.

17. Eis as fases propostas pelo INDSH para abertura das atividades no hospital, que seriam discutidas com os prepostos do estado do Amazonas, até porque elas dependiam de sinalização da possibilidade financeira do ente político em custeá-las de forma escalonada e crescente:

| | Fase 1 | Fase 2 | Fase 3 | Fase 4 |
|-------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| Início | 01.04.2019 | 01.05.2019 | 01.06.2019 | 01.07.2019 |
| Custo - R\$ | 8.451.349,29 | 11.624.453,55 | 11.655.951,93 | 15.265.450,00 |

18. Observa-se que, na prática, a fase 1 (um), que era para durar 1 (um) mês, ainda não foi vencida até os dias de hoje (setembro de 2019), quando já deveria ter sido implantada a fase 4 (quatro), há mais de dois meses.

19. A não implantação das demais fases deveu-se ao não aprofundamento da discussão da proposta apresentada pelo INDSH e aos não repasses integrais pelo ente político dos valores combinados, o que, obviamente, implicou na impossibilidade da implantação dos serviços e atividades no tempo desenhado, pois os prestadores de serviços deveriam ser contratados e pagos, o que não foi possível até o momento (setembro/2019).

SEDE ADMINISTRATIVA
Av. Marquês de São Vicente, 576
Cj. 1901 - Barra Funda
São Paulo SP Brasil 01139-000
Tel. 11 3579-5135

Página 4 de 22

Assim, mês a mês, a organização social vem recebendo valores milionários fundados em um programa de trabalho que ela própria chamou de "proposta" (sublinhado no original), e cuja publicação, como parte integrante do ajuste, lhe causou surpresa..

Desse modo, não há dúvidas do dolo do seu representante legal, que sabia, desde o início, dos vícios intrínsecos do programa de trabalho, de modo que, desde abril de 2019, vem ocorrendo o enriquecimento ilícito da organização social.

Assim, mostra-se imperioso o reconhecimento da prática de ato de improbidade administrativa descrito no art. 9º, *caput*, por parte do INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH e seu representante legal JOSÉ CARLOS RIZOLI.

Av. André Araújo, 358, Adrianópolis, Manaus/AM – CEP 69057-025 – Telefone (92) 2129-4700
pram-oficio12@mpf.mp.br

Z:\Delphina\AIA - Omissão\ADITAMENTO - AIA.odt





VI. INDISPONIBILIDADE DE BENS

O art. 7º, da Lei nº 8.429/1992, prevê a indisponibilidade dos bens dos indiciados em atos de improbidade administrativa, nos seguintes termos:

Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

Consoante ensina a melhor doutrina, a indisponibilidade e o sequestro – termo equívoco empregado pela lei para denominar uma espécie de arresto com pressuposto específico, pois a medida recai sobre “os bens – isto é, todos os bens – do agente ou terceiro”, com a finalidade de garantir uma futura execução por quantia certa – de bens, previstos nos preceitos supramencionados, configuram medidas cautelares autônomas, apresentando *pressupostos materiais próprios*, que não se confundem com aqueles estipulados para as medidas cautelares típicas de arresto e de sequestro reguladas no Código de Processo Civil.

No caso do sequestro, embora o § 1º do art. 16 supratranscrito determine o *processamento* da medida de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825, do CPC, o pressuposto material exclusivo para a sua decretação, qual seja a existência de fundados indícios de responsabilidade, é estabelecido pela Lei de Improbidade.

Portanto, da simples leitura dos dispositivos legais acima transcritos, conclui-se que, ao contrário do que se exige para a decretação daquelas medidas reguladas no CPC, a indisponibilidade e o sequestro disciplinados na Lei de Improbidade *não reclamam* demonstração de fatos indicativos de dilapidação ou ocultação de bens, pois em relação a essas medidas o *periculum in mora* é presumido, em virtude de peremptória disposição constitucional, consubstanciada no art. 37, § 4º, da Carta Magna, cujo objetivo claro é tornar efetiva a reparação dos danos causados ao patrimônio público pela improbidade administrativa, num reconhecimento ostensivo de que a corrupção é a grande responsável pelas mazelas da sociedade brasileira.

Assim, a indisponibilidade dispensa essa comprovação, porquanto não retira do atingido pela medida a posse sobre os bens indisponibilizados.

Desse modo, a mera demonstração de *fundados indícios de responsabilidade* é suficiente para a decretação da indisponibilidade dos bens dos responsáveis, tendo em vista a importância do bem a ser protegido. É que ao tutelar o patrimônio público a Constituição Federal visa a garantir a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos.

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF:7257D35E.14BDA905.47E3DE03





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

A indisponibilidade deve abranger todos os bens do requerido, adquiridos antes ou após a prática dos atos ímprobos, até o limite do dano causado ao patrimônio público, ex vi das normas insertas nos arts. 7º, parágrafo único (“A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens [quaisquer bens] que assegurem o integral ressarcimento do dano...”), e 16, § 1º (“... a decretação do sequestro dos bens [isto é, todos os bens] do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público...”) da Lei de Improbidade Administrativa.

Diante dos fatos narrados, faz-se necessário que seja proferida decisão liminar concedendo medida cautelar de indisponibilidade de bens, de modo a assegurar o cumprimento de futura condenação à aplicação das sanções previstas da Lei nº 8.429/1992.

Conforme demonstrado acima, os atos de improbidade administrativa em questão geraram lesão ao patrimônio público. Assim, é mister garantir que, ao final da presente demanda, sobrevivendo condenação pela prática de tais atos, os réus possuam bens suficientes em seus patrimônios para que se efetivem as sanções previstas na LIA, sob pena de restar inútil o provimento condenatório.

Diante dos fatos narrados e da documentação que acompanha a inicial, encontra-se demonstrado o *fumus boni iuris* necessário para a decretação da medida.

Como já dito acima, quanto ao pressuposto do *periculum in mora*, este é presumido, sendo desnecessária a demonstração de atos concretos e tendentes à dilapidação do patrimônio pelos demandados para decretação da medida cautelar de indisponibilidade de bens.

Quanto à possibilidade de decretação da medida de indisponibilidade de bens em caso envolvendo a omissão do dever de fiscalização da execução de contratos administrativos, já decidiu o STJ:

“PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INDISPONIBILIDADE DE BENS. PRESENÇA DO FUMUS BONI IURIS RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF, APLICADA POR ANALOGIA.

1. De acordo com o art. 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão ou para corrigir erro material.

2. O fumus boni iuris que amparou a decretação de indisponibilidade de bens decorre da conclusão firmada pelo Tribunal de origem acerca da existência de indícios relativos à prática dos atos descritos na exordial, imputando à parte ora embargante possível conduta omissiva lesiva ao erário, na medida em que deixou de exercer seu mister no tocante à fiscalização da execução do contrato firmado com o FNDE.

3. A alegação aduzida pela parte embargante no sentido de que não possuía competência funcional para efetuar tais atividades fiscalizatórias confunde-se com o próprio mérito da controvérsia, demandando, para sua elucidação, o

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF:7257D35E.14BDA905.47E3DE03

Av. André Araújo, 358, Adrianópolis, Manaus/AM – CEP 69057-025 – Telefone (92) 2129-4700

pram-oficio12@mpf.mp.br

Z:\Delphina\AIA - Omissão\ADITAMENTO - AIA.odt

-47-



Assinado eletronicamente por: THIAGO AUGUSTO BUENO - 19/04/2021 22:34:15

<http://pje1g.trf1.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21041922341486500000504401091>

Número do documento: 21041922341486500000504401091

Num. 510146374 - Pág. 47



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

exame do conjunto fático-probatório dos autos, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

4. Quanto à prolação de sentença que supostamente trata de fatos similares àqueles objeto do presente processo, na qual alegadamente foi reconhecida a inexistência de ato de improbidade (o que teria o condão de afastar o fumus boni iuris e, conseqüentemente, a indisponibilidade), verifica-se que a questão carece de prequestionamento e, portanto, não pode ser apreciada nesta oportunidade, devendo ser submetida, a tempo e modo, às instâncias de origem.

5. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos modificativos¹ - destaquei.

(EDcl no AgInt no REsp 1440849/PA, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 30/03/2020, DJe 02/04/2020)

Entretanto, de se sopesar que eventual bloqueio de bens da organização social pode impactar a execução do contrato de gestão. Ainda que o ajuste atualmente em execução (5º Termo Aditivo) seja ilícito pelos motivos já expostos, considerando que, atualmente, o estado do Amazonas continua sofrendo os severos efeitos da pandemia de Covid-19 e que o próprio governador do Estado alertou, recentemente, para o risco de uma terceira onda¹², não se mostra razoável que a medida de indisponibilidade de bens alcance o INDSH, ante o risco de prejudicar o atendimento da população amazonense.

Ante o exposto, faz-se premente seja decretada liminarmente a medida cautelar de indisponibilidade de bens dos corréus **CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO, RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA, SIMONE ARAÚJO DE OLIVEIRA PAPAIZ, MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPELO e JOSÉ CARLOS RIZOLI até o montante de R\$ 32.052.691,04**, com vistas à preservação do patrimônio público e à garantia da efetividade do provimento jurisdicional.

VII. PEDIDOS

Ao final, requer o Ministério Público Federal:

1. **LIMINARMENTE**, a concessão das medidas de tutela de urgência para o fim de se determinar a indisponibilidade de bens dos requeridos CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO, RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA, SIMONE ARAÚJO DE OLIVEIRA PAPAIZ, MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPELO e JOSÉ CARLOS RIZOLI, por meio do Sistema BACENJUD e RENAJUD, até o limite do dano causado ao patrimônio público, no valor atualizado de R\$ 32.052.691,04, nos termos dos artigos 7º e 16, da Lei nº 8.429/1992;

2. Considerando a extensa documentação juntada nos autos nº 1006626-21.2021.4.01.3200, que consumiu mais de um dia de trabalho deste Órgão de Execução do Ministério Público Federal para seu *upload*, dadas as ineficientes limitações

¹² <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/04/06/a-gente-esta-se-preparando-para-o-pior-cenario-possivel-diz-governador-do-am-sobre-3a-onda-de-covid-19-no-estado.ghtml>





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

do PJe, bem como sopesando que foi o próprio Juízo quem determinou a cisão do feito, que os fatos narrados são os mesmos, tendo sido apurados, extrajudicial, em idêntico procedimento (Inquérito Civil nº 1.13.000.000719/2020-99), sem prejuízo da documentação juntada nesta oportunidade (documentos referenciados nesta petição), requer seja determinado o traslado dos documentos encartados naquele feito a este;

3. seja determinada a notificação dos correqueridos para manifestação prévia, por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 17, § 7º, da Lei nº 8.429/92;

4. após o decurso do prazo, com a juntada ou não da manifestação das partes, seja a petição inicial recebida e determinada a citação para que, querendo, seja apresentada contestação, na forma do art. 17, § 9º, da Lei nº 8.429/92;

5. seja notificado a União para o exercício da faculdade prevista no art. 17, § 3º, da Lei nº 8.429/1992;

6. a procedência do pedido, para o fim de, confirmando as medidas liminares anteriormente deferidas, condenar:

6.1 CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO nas sanções previstas no art. 12, II, em razão de se amoldar ao disposto no art. 10, XII, ambos da Lei nº 8.429/92, declarando-se a presença do elemento subjetivo e, no tocante à perda da função pública, que esta seja expressamente declarada na sentença e alcance toda e qualquer função pública exercida pelo demandado ao tempo do trânsito em julgado da sentença;

6.2 RODRIGO TOBIAS DE SOUZA LIMA nas sanções previstas no art. 12, II, em razão da prática de atos de improbidade descritos no art. 10, XII, ambos da Lei nº 8.429/92, por três vezes, declarando-se a presença do elemento subjetivo e, no tocante à perda da função pública, que esta seja expressamente declarada na sentença e alcance toda e qualquer função pública exercida pelo demandado ao tempo do trânsito em julgado da sentença;

6.3 SIMONE ARAÚJO DE OLIVEIRA PAPAIZ nas sanções previstas no art. 12, II, em razão da prática de atos de improbidade descritos no art. 10, XII, ambos da Lei nº 8.429/92, declarando-se a presença do elemento subjetivo e, no tocante à perda da função pública, que esta seja expressamente declarada na sentença e alcance toda e qualquer função pública exercida pelo demandado ao tempo do trânsito em julgado da sentença;

6.4 MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPELO nas sanções previstas no art. 12, II, em razão da prática de atos de improbidade descritos no art. 10, XII, ambos da Lei nº 8.429/92, por duas vezes, declarando-se a presença do elemento subjetivo e, no tocante à perda da função pública, que esta seja expressamente declarada na sentença e alcance toda

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF:7257D35E.14BDA905.47E3DE03

Av. André Araújo, 358, Adrianópolis, Manaus/AM – CEP 69057-025 – Telefone (92) 2129-4700
pram-oficio12@mpf.mp.br

Z:\Delphina\AIA - Omissão\ADITAMENTO - AIA.odt





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
12º OFÍCIO

e qualquer função pública exercida pelo demandado ao tempo do trânsito em julgado da sentença;

6.5 INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH e seu representante legal JOSÉ CARLOS RIZOLI nas sanções previstas no art. 12, I, em razão da prática de atos de improbidade administrativa descritos no art. 9º, *caput* ambos da Lei nº 8.429/92, por duas vezes, declarando-se a presença do elemento subjetivo.

7. haja a condenação dos réus ao pagamento dos ônus sucumbenciais e demais cominações legais;

8. após o trânsito em julgado da sentença condenatória, sejam os condenados inscritos no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa – CNCA, nos termos das Resoluções 44 e 50, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Protesta, ainda, pela produção de todos os meios de prova admitidos em Direito, inclusive a oitiva de testemunhas, a serem eventualmente arroladas a tempo e modo.

Dá-se à causa o valor de R\$ 32.052.691,04.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Manaus, data da assinatura digital.

assinado digitalmente
Thiago Augusto Bueno
Procurador da República

assinado digitalmente
José Gladston Viana Correia
Procurador da República

Assinado digitalmente em 19/04/2021 20:56. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave CADCEDDF:7257D35E.14BDA905.47E3DE03





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-AM-00017903/2021 PETIÇÃO**

.....
Signatário(a): **THIAGO AUGUSTO BUENO**

Data e Hora: **19/04/2021 17:11:19**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **JOSE GLADSTON VIANA CORREIA**

Data e Hora: **19/04/2021 20:56:45**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave cadc8ddf.7257d35e.14bda905.47e3de03

